



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 17, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 9 DE JULHO DE 2015
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 18, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE JULHO DE 2015
4. REQ. N. 986/15, DATADO DE 17/07/2015 – PC N.º 243/15, DATADO DE 17/07/2015 – CASEIRO - SOCIEDADE GESTORA DE BENS MÓVEIS E IMOVEIS, LDA.
5. REQ. N. 962/15, DATADO DE 14/07/2015 – PC N.º 238/15, DATADO DE 14/07/2015 – CRISTINA MARIA MURTINHEIRA ROQUE MARQUES E OUTROS
6. REQ. N. 871/15, DATADO DE 19/06/2015 – PC N.º 212/15, DATADO DE 19/06/2015 – JOAQUIM FERREIRA DE CARVALHO, LDA.

7. REQ. N. 1009/15, DATADO DE 23/07/2015 – PC N.º 198/10, DATADO DE 28/09/2010 – REGINA MARIA TOJEIRA DE SOUSA
8. REQ. N. 25/15, DATADO DE 08/01/2015 – PC N.º 463/13, DATADO DE 20/12/2013 – MANUEL BARBEIRO COSTA
9. REQ. N. 1078/15, DATADO DE 05/08/2015 – PC N.º 177/15, DATADO DE 28/05/2015 – V L MOLDES LDA., RABOURDIN PORTUGAL – MATERIAIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA e MARILAMP – COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉCTRICO, LDA
10. REQ. N. 582/15, DATADO DE 28/04/2015 – PC N.º 177/14, DATADO DE 23/05/2014 – CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES E ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS
11. REQ. N. 1106/15, DATADO DE 10/08/2015 – PC N.º 34/15, DATADO DE 03/02/2015 – BELMIRA GÂNDARA FARIA CONDEÇA FELICIANO E MARIA ADELINA FERREIRA GANDARA
12. REQ. N. 950/15, DATADO DE 10/07/2015 – PC N.º 234/15, DATADO DE 10/07/2015 – IMOBILIÁRIA F.T.P., S.A.
13. REQ. N. 1081/15, DATADO DE 05/08/2015 – PC N.º 384/14, DATADO DE 31/10/2014 – PAULO SÉRGIO PORTUGAL CARQUEIJEIRO
14. REQ. N. 1071/15, DATADO DE 04/08/2015 – PC N.º 161/14, DATADO DE 13/05/2014 – ALDA DE OLIVEIRA SILVA MESQUITA
15. 1/999/2015 – PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL – DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, HIGIENE E SALUBRIDADE DO IMÓVEL ONDE RESIDE ATUALMENTE.
16. REQ. N. 523/15, DATADO DE 20/04/2015 – PC N.º 59/14, DATADO DE 26/02/2014 – TUBOFURO - TUBOS EM PVC SA
17. REQ. N. 393/15, DATADO DE 24/03/2015 – PC N.º 79/13, DATADO DE 22/03/2013 – DAVID JOÃO ALEXANDRE CARPINTEIRO E ALEXANDRA CECÍLIA ANTUNES ROSA
18. REQ. N. 1422/14, DATADO DE 25/09/2015 – PC N.º 53/12, DATADO DE 27/02/2012 – ADELINO RIBEIRO MARGARIDO
19. REQ. N.º 1101/15, DATADO DE 10/08/2015 – PC N.º 659/00, DATADO DE 19/06/2000 DANIEL ANTÓNIO DE JESUS FERREIRA

20. REQ. N.º 1101/15, DATADO DE 10/08/2015 – PC N.º 659/00, DATADO DE 19/06/2000 DANIEL ANTÓNIO DE JESUS FERREIRA
21. REQ. N. 719/15, DATADO DE 21/05/2015 – PC N.º 570/06, DATADO DE 19/09/2006 – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA MARINHA GRANDE
22. E/3715/2015 – LUSITANIAGÁS - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PUBLICA COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL
23. E/5676/2015 – LUSITANIAGÁS - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PUBLICA COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL
24. REQ. N. 1019/15, DATADO DE 24/07/2015 – PC N.º 270/2015, DATADO DE 24/07/2015 – AVILIZ – AVIÁRIOS DO LIZ, LDA
25. REQ. N. 1017/15, DATADO DE 24/07/2015 – PC N.º 268/2015, DATADO DE 24/07/2015 – COMPOSTOS DO LIZ - ALIMENTOS PARA COMPOSTOS ANIMAIS, LDA
26. REQ. N. 1018/15, DATADO DE 24/07/2015 – PC N.º 269/2015, DATADO DE 24/07/2015 – AGRO-PECUÁRIA DE SANTO ANDRÉ, LDA
27. REQ. N. 1052/15, DATADO DE 17/07/2015 – PC N.º 260/2015, DATADO DE 17/07/2015 – MOLDES CATARINO, LDA.
28. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
29. DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO – ARTIGO 20.º, N.º 2 DO REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES – PROPOSTA DE DECISÃO FINAL DE INDEFERIMENTO – SANDRINA SILVA
30. DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO – ARTIGO 20.º, N.º 2 DO REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES – PROPOSTA DE DECISÃO FINAL DE INDEFERIMENTO – PAULO RUI DE SOUSA PIRES
31. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTE: HENRIQUE CARVALHO MOTA – DESNÍVEL NO LIMITE DA FAIXA DE RODAGEM/BERMA - RUA DAS FONTAINHAS, FRENTE AO N.º 81 – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIÇÃO E DEFERIMENTO.

32. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR PREJUÍZOS CAUSADOS EM ANIMAIS DE CRIAÇÃO DOMÉSTICA POR CÃES VADIOS – RUA DAS FONTAINHAS, COMEIRA – REQUERENTE: HENRIQUE CARVALHO MOTA – APRECIAÇÃO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO - AUDIÊNCIA PRÉVIA.
33. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR ALEGADOS DANOS MATERIAIS - REQUERENTE: NATALINA ALVES SILVA – APRECIAÇÃO - PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA
34. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS – REQUERENTE: MARCO FILIPE DOMINGUES GOMES – AUDIÊNCIA PRÉVIA DA PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – DECISÃO FINAL
35. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTES: MARIA DE FÁTIMA PARRACHO VENÂNCIO GOUVEIA E JOSÉ JACINTO DA SILVA GOUVEIA - DEFERIMENTO.
36. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: VIRGÍLIO MANUEL FERREIRA MARQUES - DEFERIMENTO.
37. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
38. CÓDIGO DE BOA CONDUTA ADMINISTRATIVA
39. TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO N.º 45, SITA NA RUA BAIRRO DO CAMARNAL N.º 45, A FAVOR DE MARIA GRACIETE JESUS SANTOS ALMEIDA GLÓRIA, POR MOTIVO DE FALECIMENTO DO TITULAR DO CONTRATO.
40. REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO REFERENTE À HABITAÇÃO TRANSMITIDA, POR MORTE DO TITULAR, A FAVOR DE MARIA GRACIETE SANTOS ALMEIDA GLÓRIA, SITA NA RUA BAIRRO DO CAMARNAL N.º 45.
41. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE OUTUBRO DE 2015

42. ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (AAAF) E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO (CAF) DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE 2015-2016 - DEFINIÇÃO DE TABELAS COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR

43. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se os seguintes munícipes:

1 - Sr. Mário Rui de Oliveira Matos, residente o Bairro do Camarnal, casa n.º 11, Marinha Grande, que pretende saber se já há decisão sobre o assunto apresentado em outra reunião de Câmara relativo à degradação da habitação social onde reside.

O munícipe não compareceu.

2 - Sr. Agostinho Teixeira de Oliveira, residente na Rua do Sol, n.º 38, Guarda Nova, Marinha Grande, que apresentou um problema que considera ser de saúde pública, relativo ao escoamento da rede de saneamento para a vala existente na Rua do Sol. Referiu que os moradores já apresentaram à Câmara um abaixo-assinado, foi-lhes dito na altura que iria haver uma intervenção na rua, mas não chegou a haver. Neste momento os moradores pedem uma resposta concreta e querem saber para quando a resolução do problema que se arrasta há vários anos.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que há vários problemas na Rua do Sol, e que a colocação da válvula de retenção foi uma intervenção para minimizar os problemas. A rede de saneamento e a rede de águas têm que ser remodeladas e o problema do pontão minimizado. Todos os proprietários vedaram os terrenos com muros de betão e as águas não escoam. O projecto está a ser desenvolvido nos nossos serviços, não ficou esquecido, e está a ser desenvolvido em conjunto com o projecto da Rua da Vitória.

Um dos moradores presente na sala referiu que há mesmo dejetos a saírem para a rua, daí que peça celeridade na execução do projeto.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes, deixando uma saudação especial ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira, pelo seu aniversário, assim como ao Sr. Paiva. De seguida abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Rua do Sol – conhece esta rua desde pequeno, mas apenas se vai referir ao assunto para pedir ao Sr. Vereador que resolva o problema o mais rápido possível face à gravidade da situação apresentada.
- ⇒ Relativamente ao requerimento sobre a redução de IMI, que apresentou na última reunião de Câmara, agradeceu ao Jornal de Leiria e ao Região de Leiria por terem dado destaque ao assunto, o que motivou a procura de informação por parte das pessoas. O Jornal da Marinha Grande apenas escreveu duas linhas. Como sempre tem estado ao lado do executivo nas políticas sociais, pondo de lado as questões políticas, pede agora que o assunto seja trazido à mesa, para ser votado, uma vez que constatou que não faz parte da ordem de trabalhos desta reunião. Terminou referindo que sempre tem colaborado e que seria uma grande desilusão não ver atendido o seu pedido.
- ⇒ Recebeu duas cartas de munícipes, cujos assuntos são os seguintes:
 - a) Limpeza de terrenos, na Rua da Várzea, detrás do “Extravagário”. Sabe que os proprietários já foram notificados mas está tudo na mesma. Pede que sejam novamente notificados, dando-lhe um prazo para resolverem a situação.
 - b) Falta de sinalética na cidade e dentro dos edifícios municipais. Mais uma vez chama a atenção para esta necessidade.
- ⇒ Chamou novamente a atenção para os candeeiros de iluminação pública junto à esquadra da PSP, que se encontram tapados pelas árvores e por isso não cumprem a sua função de iluminar.

O Sr. Vereador Carlos Logrado saudou todos os presentes, deu os parabéns ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira e referiu o seguinte:

- ⇒ Entende que deve ser feita uma reflexão sobre os pedidos de informação dos munícipes, que são bem-vindos, mas há uma sensação de impotência dos munícipes porque não vêem soluções. Cada vez se torna mais difícil responder, daí que seja preciso implementar metodologias para responder aos munícipes, criando um sistema inter-ativo, na página de internet, onde os munícipes coloquem as questões e onde a Câmara responda diretamente e de forma clara. É um sistema fácil de implementar, a Câmara tem todos os meios, e fará com que os munícipes sintam que estão a participar na vida pública. Embora não resolva os problemas cria uma obrigação do executivo em executar aquilo que prometer por escrito. Deixa aqui o apelo ao executivo permanente.

- ⇒ S. Pedro de Moel – é uma estância de veraneio, centrada nos 3 meses de verão, daí que tenha de atrair os visitantes. As ofertas para jovens, à noite, são praticamente nulas. Sabe que não compete à Câmara resolver esta lacuna, mas deve incentivar. Este ano quem veio para S. Pedro com os filhos já não virá no próximo ano. A Câmara pode influenciar os exploradores dos estabelecimentos, designadamente o Bambi, incentivando-os a criar novos produtos de atração para o local.
- ⇒ Solicitou o ponto de situação das habitações sociais devolutas.
- ⇒ Pediu igualmente o ponto de situação sobre a alteração do Regulamento dos apoios.
- ⇒ Questionou o que está a ser feito para melhorar o parque industrial e incentivar o empreendedorismo.
- ⇒ Manifestou grande tristeza pelo estado caótico em que se encontra a coligação PS/PCP, o que acaba por prejudicar a performance do executivo, daí pensar que é uma situação grave e que têm obrigação de se entender, uma vez que é um dever para com os munícipes.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** esclareceu que não há nenhuma coligação.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes, agradeceu os parabéns pelo seu aniversário e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Sobre a intervenção do munícipe Sr. Agostinho Oliveira, da Rua do Sol, recordou que este assunto já aqui veio à reunião de Câmara, onde outro munícipe se veio queixar que quando chove a sua sogra leva com a porcaria dos outros. Hoje o Sr. Agostinho, com outros moradores, vem dizer que é um problema que tem muitos anos, que até já foi feito um abaixo-assinado. Percebe-se também que existe um problema da vala que estrangula no aqueduto da Rua do Sol, logo quando chove as terras e casas a montante ficam inundadas, para além de que no verão existe um esgoto a céu aberto, com um cheiro nauseabundo, melgas e mosquitos. Isto já é um caso de saúde pública. A Câmara, desde executivos anteriores, diz conhecer o problema, mas isso não chega. Dizer que está a ser estudada uma solução é uma forma de dizer aos munícipes que o problema deles talvez seja resolvido um dia, não se sabe é quando. A Câmara tem de responder aos munícipes com factos concretos, com datas, e não empurrar sine die as soluções dos problemas. Hoje vem à reunião uma proposta do executivo permanente para que se aprove um “Código de Boa Conduta Administrativa do Município da Marinha Grande”. Este código serve para os assalariados da Câmara e também para os eleitos, e diz que estes agentes públicos se encontram exclusivamente ao serviço da comunidade, prossequindo o interesse público, no respeito dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos. Diz que os agentes públicos devem ser corteses. No Artigo 13º diz que os agentes públicos devem tratar e decidir os assuntos dos cidadãos com celeridade. E se tiver complexidade devem “com a brevidade

possível, dar conhecimento desse facto ao interessado e indicar um prazo previsível para a respetiva conclusão.” Questionou para que serve irmos aprovar um código destes se os munícipes continuam a queixar-se de que este executivo permanente não trata dos seus problemas nem indicam um prazo?

⇒ Referiu que na última reunião tinha solicitado que lhe enviassem a última carta educativa aprovada, como ainda não a recebeu pediu que lhe fosse entregue ainda hoje. Sugeriu também que fosse colocada no site da Câmara no espaço dedicado à Educação.

⇒ Disse que por estes dias teve de ir à Conservatória do Registo Civil e que se deparou com um casal de idosos que pretendiam saber se apesar de terem um BI vitalício tinham de tirar o CC. O problema foi que tinham dificuldade motora e foi uma tortura para conseguirem subir as escadas e lá chegar acima. Perguntou para quando uma solução de modo a minimizar os problemas na cidade para cidadãos com mobilidade reduzida?

⇒ Sobre S. Pedro de Moel, informou que muitos munícipes lhe colocaram perguntas às quais não sabe responder e que por isso gostaria de ver esclarecidas:

1. Sentido proibido “excepto moradores”.
 - a) Que moradores? Todos os que vivem em S. Pedro, ou seja, por exemplo os que vivem no Bairro dos Naturais podem passar?
 - b) Se se pode passar na rua ao lado do Rosis porque não do lado da esplanada?
 - c) Será que o problema é da passagem dos automóveis ligeiros ou de carros de outra dimensão?
2. Qual o motivo da marcação de retângulos amarelos no chão perto da pastelaria Arco-íris?
3. Os carros que sobem, vindo da praça, têm de dar prioridade aos que saem do parque de estacionamento. Mas desde quando a saída dum parque de estacionamento tem prioridade?
4. Vendedores da Praça:

Há vendedores há anos neste local que agora terão de abandonar. Mas são estes vendedores que trazem movimento e convívio, não prejudicando em nada o espaço físico.

Numa altura em que cada vez há menos veraneantes, o fecho das piscinas, a falta de vida noturna sem o restaurante, bar e discoteca das piscinas, faz com que a Praça à noite esteja morta, mesmo durante este mês de agosto, em comparação com as praias vizinhas de Pedrogão, das Paredes ou até da Vieira. Que solução tem o executivo para resolver este problema?
5. Não houve Festas em S. Pedro.

Qual o motivo? Há vários anos que a festa na Praça traz muita gente a S. Pedro, incluindo turistas. Este executivo permanente está a afastar a juventude e o turismo de S. Pedro, com que intenção?

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ S. Pedro e Vieira – referiu que há uma vastíssima agenda de iniciativas a decorrer nas duas praias durante a época balnear, com ateliers de pintura, escultura, a Criativ(a)рте que se realiza pela primeira vez em S. Pedro, com espetáculos de rua, a decorrer ao longo de todo o dia 15 de agosto; o Festival de Teatro em Vieira de Leiria, o Torneio de futebol de praia de S. Pedro, nos dias 22 e 23 de agosto, aulas de zumba e ioga. Tudo o que a Câmara pode fazer tem feito. Mas aquilo que um dos comerciantes locais lhe disse é que tem registado mais afluência de pessoas que procuram sossego. Há mais turistas estrangeiros e quem procura S. Pedro é um tipo de pessoas diferente. O que falta para a noite será uma discoteca para atrair os mais jovens, mas obviamente que não será a Câmara que o irá fazer, embora possa tentar agilizar essa instalação.
- ⇒ Informou o Sr. Vereador do e-mail que recebeu de um munícipe residente na Rua da Fonte Velha, n.º 34, que se queixa da instalação de um caixote do lixo junto à sua janela e pede que seja mudado para outro local.
- ⇒ Solicitou ao Sr. Vereador Paulo Vicente que seja criada uma equipa de técnicos da Câmara que visite os parques infantis da cidade e faça um levantamento das situações para que se corrija o que for necessário.
- ⇒ Referiu que em Arouca foram inaugurados passadiços que são um sucesso, que podem ser consultados em www.passadicosdopaiva.pt, que foram feitos em parceria com o ICNF, sugerindo que a Marinha Grande também deveria tentar criar uma solução semelhante para o Parque Pinhal do Rei.
- ⇒ Disse ainda o seguinte: quer perguntar ao Sr. Presidente e ao Sr. Vereador Paulo Vicente qual a posição definitiva em relação ao Centro Escolar e ao encerramento das escolas. O PS está ou não disponível para ouvir a comunidade escolar? O Conselho Escolar do Agrupamento Nascente, onde todos têm assento, tem um parecer absolutamente contundente, são absolutamente contra o encerramento das escolas. As Associações de Pais também são contra, e a sociedade civil está a recolher assinaturas no mesmo sentido. O PS vai assumir uma posição autista ou recua nesta posição? Qual a posição dos movimentos, porque andam no “nim”? Deixa aqui o repto.
- ⇒ Vendedores na praça – perguntou quem é que mandou a GNR a S. Pedro? Foi informada que a situação foi dramática e por isso pediu que se esclareça se assim foi.

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes, deu os parabéns ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira e saudou o regresso do Sr. Vereador Carlos Logrado às lides políticas.

Seguidamente disse o seguinte:

- ⇒ O Regulamento dos apoios está pronto, é completamente diferente do anterior, e está em condições para a discussão pública e para ser discutido com as colectividades. Também está pronta uma nova solução de exploração das piscinas municipais da Marinha Grande e de Vieira de Leiria. Está também pronta a próxima passagem de filmes na Marinha Grande e em Vieira de Leiria, e vai-se iniciar a Oficina da Música, que não é só a casa do Tóccandar, pois é um projecto mais abrangente.
- ⇒ Os processos das casas devolutas estão a andar, mas não é assim tão célere como se pretende, porque quando se pretende arranjar um andar verifica-se que é também necessário arranjar todo o prédio.
- ⇒ S. Pedro – há pouco tempo recebeu um e-mail de uma pessoa que se queixava do barulho e que não conseguia repousar. É preciso definir o que se quer para S. Pedro e para a Vieira, porque se há quem pretenda animação também há pessoas que querem sossego, e a Câmara aqui pode atuar.
- ⇒ Coligação – entende que o Sr. Vereador Carlos Logrado está a provocar ao dizer que há uma coligação PS/PCP, porque não é verdade e ele sabe disso. Há um compromisso político, feito com base na defesa dos interesses da população marinhense na resolução dos seus problemas, porque reconhecem isso no PS.
- ⇒ Os centros educativos são uma escola, com melhores equipamentos. Sempre defendeu as escolas de proximidade, mas mesmo que assim não fosse, perante a opinião das populações, teria que rever a sua posição. Os compromissos políticos sobrevivem se se souber respeitar as opiniões das populações. Pediu ao Sr. Presidente que dê oportunidade aos Srs. Vereadores para se pronunciarem sobre este assunto, e que diga se mantém a solução dos Centros Educativos.

O Sr. Vereador Carlos Logrado subscreveu este pedido ao Sr. Presidente.

O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:

- ⇒ Limpeza de terrenos – os terrenos mencionados fazem fronteira com os estaleiros, o proprietário foi notificado e já há proposta de coimas. A semana passada houve lá um incêndio e nessa altura veio uma pessoa com um trator, a mando do proprietário, para limpar o terreno. A Câmara tem notificado centenas de proprietários, e em alguns casos têm surtido efeito.
- ⇒ Há sinalética no edifício da Resinagem.
- ⇒ Av.^a Arala Pinto – já há parecer da Oikos para a remodelação, que contempla o abate de algumas árvores e a plantação de muitas, e que vai também resolver o problema da semaforização desta Av.^a coma Av.^a 1.º de Maio. Resolverá também o problema da ciclovia da Rua Nery Capucho com a Zona Desportiva.
- ⇒ Sistema inter-ativo – já está a ser dada resposta às questões colocadas no site e que são de mais fácil resolução. As questões que comportam a elaboração de projectos são de mais difícil resolução.

- ⇒ Parques industriais – já chegou o estudo prévio para alargamento da Zona Industrial, e está nos serviços.
- ⇒ Sentido proibido em S. Pedro – a GNR alertou para o facto de ter problemas, designadamente com as autocaravanas, que não davam a volta e roçavam nas varandas, e foi sugerida a colocação deste sinal, só para ligeiros.
- ⇒ Marcação de estacionamento junto ao Arco-íris – vai ver a situação.
- ⇒ Venda ambulante na praça de S. Pedro – hoje estão agendados dois indeferimentos. Não se verificou nenhuma confusão. Depois da reunião passada foram notificados todos os titulares de processos indeferidos, e a GNR, no domingo, só os alertou, porque ainda estavam dentro do prazo de 10 dias concedido para a audiência prévia. Foram ouvidos, disseram que a comunicação foi tardia, porque já tinham feito os seus investimentos, e a Câmara vai permitir até 15 de setembro, vão-se receber os seus pedidos e se for necessário revêem-se os lugares. Não há qualquer drama. Só lamenta que a Sr.^a Vereadora não o tenha contactado.
- ⇒ Rua da Fonte Velha – é uma urbanização e dentro dos seus parâmetros está prevista a localização dos equipamentos, designadamente os contentores do lixo. Irá ao local ver, mas a solução para minimizar não pode passar por prejudicar outros.
- ⇒ Parques infantis – os técnicos vão ver e têm-no feito, estando neste momento a ser revista a situação do parque da Cerca, com a colocação de mais equipamento.
- ⇒ Centros Escolares – foi muito claro na sua opinião sobre este assunto. O Conselho Geral de Escolas não é vinculativo, a DGEst.E – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares é que define a política de ocupação ou não ocupação dos Centros Escolares. Em fevereiro aprovou-se a revisão ao Orçamento com o projecto para os Centros Educativos da Marinha Grande e de Vieira de Leiria, pelo que não sabe do que se está a falar. Todos querem o melhor para as crianças, e não vão atrás dos foguetes nem são imediatistas. É importante aprovar a Carta Educativa. Como o executivo não quer a municipalização da educação, aguarda-se as directrizes da política nacional. É a favor da criação dos Centros Educativos, para criar melhores condições de ensino e aprendizagem às crianças do nosso concelho, que é o único concelho das redondezas que não tem um Centro Educativo. Estão a ser feitas obras em escolas que se sabe que vão continuar, tal como a DGEst.E nos comunicou. A sua posição sobre este assunto está definida e reafirma-a.
- ⇒ Oficina da música – foi ontem ao local e pode informar que vai ser emparedado. Espera ter tudo reparado no próximo ano.

O Sr. Presidente referiu o seguinte:

- ⇒ Notariado e Registo Civil – as instalações são uma vergonha. O Ministério da Justiça já acordou com a Câmara a renda do espaço no Atrium, o não pagamento de renda enquanto houver obras, os lugares de estacionamento na cave. Está tudo acertado, só se espera que comecem as obras.

- ⇒ Arranjo da Estrada Marinha Grande/S. Pedro – é a única que está prevista ser feita pelas Estrada de Portugal para 2019, tal como consta do seu plano de proximidade. O que a Câmara quiser fazer pode fazer, desde que tenha o acordo das Estradas de Portugal e que não tenham que despende um cêntimo.
- ⇒ Estradas florestais – o ICNF diz que para si, para recolha do material lenhoso, estão óptimas, e que aquilo que a Câmara quiser fazer pode fazer, desde que envie os projectos e que estes não prevejam qualquer corte de árvores ou alargamento das vias.
- ⇒ Recuperação das casas de habitação social – está em andamento.
- ⇒ Alargamento da Zona Industrial de Casal da Lebre – está também em andamento, assim como o possível negócio dos 52 hectares de terreno situado do outro lado, caso o Governo mantenha os valores por m2.
- ⇒ Bambi – este ano já teve mais animação.
- ⇒ Piscinas – a situação tem que ver com o domínio público marítimo. O Grupo Oliveiras quer manter a piscina olímpica e a de crianças abertas à população, mas legais, pois como estão não podem abrir, porque a piscina das crianças não está ao nível que deveria estar.
- ⇒ Hotel de S. Pedro – há um grupo empresarial interessado na sua recuperação.
- ⇒ Centros Escolares – Aprovou os documentos oficiais da Câmara, e a sua posição é clara, quer que os alunos da terra tenham as mesmas condições que têm aqueles que podem pagar. Irá lutar por isso nos locais próprios. Nunca foi a CMMG que fechou as escolas de S.- Pedro e do Pero Neto, é sempre a DGEst.E quem o define. Haverá sempre transportes escolares para as crianças e haverá projectos para as escolas que fecharem, tal como aconteceu nas que já mencionou. Tudo isto são assuntos falados nas reuniões do executivo permanente e que já vem sendo falado desde fevereiro, havendo uma ata e que não foi contestada por ninguém.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminada a sua intervenção, o **Sr. Presidente** anunciou que será feito um intervalo, das 11:15 horas às 11:30 horas, após o qual concederá 5 minutos a cada um dos Srs. Vereadores para intervir sobre os Centros Escolares.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Retomada a reunião, verificaram-se as seguintes intervenções sobre os Centros Escolares:

O **Sr. Vereador António Santos** disse que iria dar a sua opinião pessoal sobre o assunto. Entende que antes de se discutir os Centros Escolares se deveria definir a filosofia do que é que se pretende com eles: é para acabar com o insucesso escolar? A sua política é a das pessoas para as pessoas. Pessoalmente é a favor dos Centros Escolares, com todas as valências, o que habitua as crianças a saírem do seu meio. É a favor dos Centros Escolares, mas se a corrente das pessoas for a escola de proximidade e a maioria da população assim quiser, politicamente tem que ir a favor dessa política.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que iria dar a opinião oficial do + Concelho. Este assunto é um não tema, porque defendem o aumento quantitativo, gastando pouco e fazendo muito, o que passa pela qualidade do ensino, e isso assenta em três vectores: o combate ao insucesso escolar, a média de aproveitamento escolar dos alunos e a defesa do valor da família. É nestes três vectores que se tem que centrar a educação, com vista à existência de melhores alunos, e parece-lhe que isso não se resolve com a parte material. Foi com este objectivo que se realizaram duas reuniões intermunicipais, em que tanto quanto sabe a CMMG não esteve representada, e aqui é que é importante a participação ativa, porque há dinheiro. Tem que se envolver as pessoas, estarem todos unidos, e agora o que se vê é que estão uns contra os outros. Há falta de debate, de reflexão conjunta sobre este tema. A opinião pública é importante, mas nesta altura está inquinada e manipulada. Há que descer à terra e reflectir. Tem que haver equilíbrio. O + Concelho é favorável a escolas de proximidade, admitindo algumas soluções mistas, admitindo assim os chamados Centros Escolares. Durante a sua campanha apresentaram um projecto que era a Escola João Beare, sem fechar escolas, porque estas, naturalmente e com o decorrer do tempo, fecharão quando tiverem que fechar.

O + Concelho é favorável ao princípio da escola de proximidade, privilegiando o vetor da família, admitindo contudo os Centros Escolares, que integrem também a piscina.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que a sua opinião é conhecida. Entende que o processo está mal conduzido desde o início. Em 2003 o Governo decretou a necessidade de execução da Carta Educativa, que é a base de partida para tudo. Esta é a discussão que vem desde aí, e em 12 anos é lamentável que os dois partidos da Câmara não se tenham entendido e tenham extremado posições até hoje. É preciso falar, esclarecer as pessoas, os agentes educativos, os pais, os directores dos agrupamentos e os professores, e fazer a Carta Educativa. É importante modernizar os nossos equipamentos. A Carta Educativa é que responde às questões das necessidades, há que desmistificar os “papões”, há que explicar quais são as mais-valias. Há que primeiro dialogar, fazer a Carta Educativa, e depois definir o que fazer na modernização, porque se está a perder muito apoio.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que quer a escola da Albergaria quer a da Garcia tiveram excelência nos resultados escolares, e são das escolas que se pretendem encerrar. Não há manipulação das pessoas, e os Srs. Vereadores Carlos Logrado e Aurélio Ferreira, ao dizerem que a Vereadora manipula um Conselho Escolar é chamar o quê às

peessoas? Aquilo que foi feito na Garcia e no Pilado não foi discussão pública? (O Sr. Vereador Aurélio questionou se a Câmara esteve lá). Disse que sugeriu por e-mail ao Sr. Presidente que se reunissem todos à volta da mesa, o Sr. Presidente não aceitou o repto, por isso não se deve dizer que não houve discussão, porque foi feita com a população. Resultou no comunicado e num abaixo-assinado que está a circular. Ninguém é contra o Centro Escolar, mas sim contra o encerramento de escolas. Está-se a falar do despovoamento dos lugares para concentrar tudo no centro. Foi referido o Centro da Batalha, mas não é um bom exemplo, os pais estão pelos cabelos com a concentração de crianças, porque até cria dificuldades no trânsito. Não se deve insistir em impor com teimosia uma coisa que a população não quer. Não é contra os Centros Escolares mas sim contra o encerramento de escolas que têm condições para funcionar.

Disse ainda que queria esclarecer que só foi a uma reunião sobre insucesso escolar porque teve conhecimento dela, e que para a outra não foi convocada e por isso não foi.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** frisou que a sua posição e do MpM sobre o assunto é clara e consta da edição do Jornal da Marinha Grande de 30/07/2015.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que já ficam algumas ideias claras resultantes desta discussão. O Sr. Vereador Aurélio Ferreira ficou no “nim”, é sempre diferente mas não diz como. Pessoalmente não tem nada contra os Centros Educativos, mas aquilo que defende é a política de proximidade. Aquilo que foi feito em Peniche foi bem feito, porque tem lógica. Numa altura em que há uma baixa de natalidade, como atestam os documentos do PDM, não há uma razão lógica para construir um centro para albergar 400 ou 500 crianças. Aproveitar fundos comunitários não é fazê-lo de qualquer forma, porque implicam o pagamento de juros. Há que ouvir as opiniões dos agrupamentos, mas há também a questão da modernidade. Há uma visão economicista na construção dos Centros Escolares, concentrando crianças e recursos. Tem a sua opinião, é apologistas das escolas de proximidade, mas sempre disse que se deviam ouvir as pessoas. O Sr. Presidente e o Sr. Vereador Paulo Vicente ouviram as pessoas, transmitiram-lhe os seus fundamentos, que parece que não as convenceu.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** disse que já deu a sua opinião, é a favor dos Centros Educativos, até por é necessário precaver os índices de natalidade que estão a decrescer. Não percebe a Sr.^a Vereadora, porque diz que não é contra os Centros Educativos mas sim contra o encerramento de escolas, só que as escolas encerram quando deixam de servir os seus fins. O programa Portugal 2020 está aí, ou a CMMG apresenta a sua intenção de ter um Centro Escolar ou desiste, e outros estarão desertos para aproveitar. É preciso também ter muita atenção porque as escolas de grau superior estão a ficar desertificadas. O atraso no envio de elementos para a Carta Educativa por parte de um agrupamento tem muito que se lhe diga. E mais não diz.

O **Sr. Presidente** informou que há um projecto da CIMRL, no valor de cinco milhões e duzentos mil euros, houve duas reuniões, em que a Câmara não esteve presente, conforme comprovam os documentos que distribuiu a todos os membros do executivo (e-mail que comprova a convocatória da Sr.^a Vereadora e a folha de presenças que confirma a sua

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

ausência da reunião). Este projecto é importante e a CMMG quer “agarrá-lo”. A sua posição já é conhecida.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** questionou em que ponto é que se encontra o Centro Escolar.

O **Sr. Presidente** respondeu que a candidatura é para manter e que o processo está em andamento. Seguidamente fez o historial da luta que foi para se conseguir a candidatura para o Centro Escolar.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 17, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 9 DE JULHO DE 2015

525 - Presente a ata n.º 17, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 9 de julho de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** sugeriu que os anexos das atas sejam também publicados no site da Câmara, uma vez que fazem parte integrante das mesmas.

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 18, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE JULHO DE 2015

526 - Presente a ata n.º 18, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 23 de julho de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 986/15, DATADO DE 17/07/2015 – PC N.º 243/15, DATADO DE 17/07/2015 – CASEIRO - SOCIEDADE GESTORA DE BENS MÓVEIS E IMOVEIS, LDA.

527 - Presente requerimento número 986/15, datado de 2015/07/17, constante no processo camarário número 243/15, registado em 2015/07/17, referente ao pedido de **informação prévia** incidente sobre o prédio com 92,00 m2, sito na Rua Helena Lopes Vieira, n.º 6, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 8.149, apresentado por **CASEIRO - SOCIEDADE GESTORA DE BENS MÓVEIS E IMOVEIS, LDA**, com o NIPC 502879629, com sede na Rua D. Júlia Soares Vieira Matias, n.º 6, na freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de promitente-comprador, cujos proprietários são **ODETE DA CONCEIÇÃO VICÊNCIA RIBEIRO BARROCA**, residente em Largo Ilídio de Carvalho, n.º 12 r/c, freguesia e concelho de Marinha Grande, **MARIA SUZEL RIBEIRO BARROCA**, residente na Rua do Lameiro, n.º 33, freguesia e concelho de Marinha Grande, e **JOÃO MANUEL RIBEIRO BARROCA**, residente em Rua do Lameiro, n.º 31, freguesia e concelho de Marinha Grande, com vista à “reconstrução/ampliação” da edificação de modo a concretizar a construção de um edifício de habitação com um fogo T3, 3 pisos, sendo o piso inferior destinado a garagem com cerca de 81,00 m2 de área útil e os dois restantes pisos, com cerca de 70,00 m2 área útil por piso.

Presente parecer técnico datado de 2015/07/29, que refere que o pedido de informação prévia não se apresenta em moldes de merecer parecer favorável por o mesmo se apresentar deficientemente instruído e por exceder parâmetros máximos para as edificações fixados no n.º 6 do artigo 5º do Regulamento do PDMMG para o local.

A Câmara Municipal depois de analisar o pedido de informação prévia incidente sobre o prédio com 92,00 m2, sito na Rua Helena Lopes Vieira, n.º 6, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 8.149, apresentado por **CASEIRO - SOCIEDADE GESTORA DE BENS MÓVEIS E IMOVEIS, LDA**, com o NIPC 502879629, com sede na Rua D. Júlia Soares Vieira Matias, n.º 6, na freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de promitente-comprador, cujos proprietários são **ODETE DA CONCEIÇÃO VICÊNCIA RIBEIRO BARROCA**, residente em Largo Ilídio de Carvalho, n.º 12 r/c, freguesia e concelho de Marinha Grande, **MARIA SUZEL RIBEIRO BARROCA**, residente na Rua do Lameiro, n.º 33, freguesia e concelho de Marinha Grande, e **JOÃO MANUEL RIBEIRO BARROCA**, residente em Rua do Lameiro, n.º 31, freguesia e concelho de Marinha Grande, com vista à “reconstrução/ampliação” da edificação de modo a concretizar a construção de um edifício de habitação com um fogo T3, com 3 pisos, sendo o piso inferior destinado a garagem cerca de 81,00 m2 de área útil e os dois restantes pisos, com cerca de 70,00 m2 área útil por piso, bem como o parecer técnico, datado de 2015/07/29, delibera informar o requerente, bem como os proprietários do prédio, não ser viável a construção nos moldes propostos por apresentar 3 pisos e percentagem de ocupação superior a 88%, excedendo o número máximo de dois pisos e a percentagem de ocupação de *25 % da área total para a moradia e 5% para anexos* fixada no n.º 6 do artigo 5º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande – PDMMG - ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/95, de 9 de março, publicada no Diário da República, n.º 94 – 1.ª Série-B, de 21 de abril de 1995, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/98, de 10 de dezembro, publicada no Diário da República, n.º 300 – 1.ª Série-B, de 30 de dezembro de 1998, transcrevendo-se:

***“Artigo 5º
Agglomerados Urbanos***

(...)

6 - Até à realização do Plano de Urbanização de São Pedro de Moel, a edificação respeitará os seguintes indicadores urbanísticos:

- Percentagem de ocupação - 25 % da área total para a moradia e 5% para anexos;*
- Número máximo de pisos - dois (podendo o piso térreo ser ocupado por comércio);*
- As caves não poderão ter o pé-direito superior a 2,20 m;*
- Afastamentos mínimos - frontal: 5 m;*
 - lateral: 3m,*
 - tardoz: 6m.*

Constitui exceção a estas regras a faixa a sul da estrada nacional n.º 242-2, numa profundidade de 30 m, no espaço compreendido entre a Praceta do Rei e o limite aglomerado, onde será permitida a edificação em banda com percentagem de ocupação de 40% da área total do lote e em número máximo de três pisos.”

Delibera ainda:

1- A eventual apresentação de pedido de licenciamento de edificação, formulado nos moldes descritos no presente pedido de informação prévia, seria indeferido nos termos do disposto na alínea a) do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014, de 19 de novembro, por violar o n.º 6 do artigo 5º do Regulamento do PDMMG.

2- O presente pedido de informação prévia apresenta-se deficientemente instruído por não conter os elementos específicos instrutórios para pedido de informação prévia de obras de edificação descritos nas alíneas b), g) e h) do n.º 9 da Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril, nomeadamente:

- Projeto de arquitetura;
- Termo de responsabilidade de técnico legalmente habilitado a subscrever projetos que ateste que a execução das obras de urbanização se conforma com o disposto no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro;
- Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto -Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º.

3- De acordo com a alínea c) do n.º 5 do artigo 4º do Regulamento do PDMMG e de acordo com as alíneas g) e i) do n.º 1 do artigo 3º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG, entende-se por:

- Percentagem de ocupação - o quociente entre a área de implantação da construção e a área total da parcela ou lote de terreno;*
- Área de implantação é a área do solo delimitada pelo perímetro exterior do contacto do edifício com o solo acrescido, quando aplicável, da área do solo delimitada pelo exterior das paredes exteriores dos pisos em cave, na parte que se situa fora da*

prumada do perímetro exterior do contacto do edifício com o solo, excluindo varandas balançadas não cobertas e beirados;

- Cave - espaço enterrado ou semi-enterrado coberto por laje, em que a diferença entre a cota do plano superior dessa laje e a cota do espaço público, medida a partir do ponto de cota média do terreno marginal ao alinhamento da fachada, seja igual ou inferiores a 0,50m.

4- O presente parecer poderá ser revisto mediante apresentação de um pedido instruído e elaborado de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 962/15, DATADO DE 14/07/2015 – PC N.º 238/15, DATADO DE 14/07/2015 – CRISTINA MARIA MURTINHEIRA ROQUE MARQUES E OUTROS

528 - Presente requerimento n.º 962/15, datado de 2015/07/14, constante do processo camarário n.º 238/15, subscrito por CRISTINA MARIA MURTINHEIRA ROQUE MARQUES E OUTROS, com o NIF 191709751, com residência na Rua da Esperança, n.º 8, rés-do-chão frente, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento da “Legalização e alteração de edifício destinado a arrumos”**, localizado num prédio urbano sito na Travessa Actor Álvaro, n.º 11-B, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7867, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 2.785.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/08/03, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da **“Legalização e alteração de edifício destinado a arrumos”**, localizado num prédio urbano sito na Travessa Acor Álvaro, n.º 11-B, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.867, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 2.785, com o número de processo 238/15, com data de entrada em 2015/07/14, apresentado por CRISTINA MARIA MURTINHEIRA ROQUE MARQUES E OUTROS, com o NIF 191709751, com residência na Rua da Esperança, n.º 8, rés-do-chão frente, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismos da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

6 - REQ. N. 871/15, DATADO DE 19/06/2015 – PC N.º 212/15, DATADO DE 19/06/2015 – JOAQUIM FERREIRA DE CARVALHO, LDA.

529 - Presente pedido com o registo n.º 871/15 datado de 19/06/2015, relativo a **legalização de garagem e anexo**, destinados a instalação de empresa de transporte ocasional de passageiros, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 617 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5.606, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 212/15, com data de entrada de 19/06/2015, apresentado por **JOAQUIM FERREIRA DE CARVALHO, LDA**, com o NIPC 500 556 660, com sede na Rua das Flores, n.º 5, Brejo de Água, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 10/08/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser aprovado.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a legalização de garagem e anexo, destinados a instalação de empresa de transporte ocasional de passageiros, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 617 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5606, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 212/15, com data de entrada de 19/06/2015, apresentado por **JOAQUIM FERREIRA DE CARVALHO, LDA**, com o NIPC 500 556 660, com sede na rua das Flores, n.º 5, Brejo de Água, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os seguintes elementos:

a) Projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

b) Projeto de arranjos exteriores que indique os limites físicos do terreno, as áreas pavimentadas, as áreas construídas e as áreas permeáveis, assim como as áreas a ceder ao domínio público, para alargamento da via de acesso (rua das Flores), nomeadamente ao longo da frente da garagem a legalizar.

Mais delibera informar o requerente que a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, por se tratar de um processo de legalização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**7 - REQ. N. 1009/15, DATADO DE 23/07/2015 – PC N.º 198/10, DATADO DE 28/09/2010
– REGINA MARIA TOJEIRA DE SOUSA**

530 - Presente requerimento n.º 1009/15, datado de 2015/07/23, constante do processo camarário n.º 198/10, subscrito por REGINA MARIA TOJEIRA DE SOUSA, com o NIF 157744949, residente na Rua 5 de Outubro, n.º 10, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da “*Legalização de remodelação e ampliação de habitação*” existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua 5 de Outubro, n.º 10, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 18.735, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 19345-P, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação de câmara datada de 2014/11/28. Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/07/27, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da “*Legalização de remodelação e ampliação de habitação*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua 5 de Outubro, n.º 10, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 18.735, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 19.345-P, com o número de processo 198/10, com data de entrada em 2010/09/28, apresentado por REGINA MARIA TOJEIRA DE SOUSA, com o NIF 157744949, residente na Rua 5 DE Outubro, n.º 10, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar a requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - REQ. N. 25/15, DATADO DE 08/01/2015 – PC N.º 463/13, DATADO DE 20/12/2013 –
MANUEL BARBEIRO COSTA**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

531 - Presente requerimento registado sob o n.º 25/15, em 08/01/2015, pelo qual é apresentado termo de responsabilidade relativo à estrutura do edifício, referente ao pedido de licenciamento de legalização de alterações a moradia e de legalização da obra de construção de anexo destinado a arrumos, situados na Rua António Nobre Marques, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 17.344 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9.307, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 463/13, com data de entrada de 20/12/2013, apresentado por **MANUEL BARBEIRO COSTA**, com o NIF 123548934 residente na Estrada das Moitas Altas, lugar de Pinheiros, freguesia de Marrazes e concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2014/08/14;

Presente informação técnica datada de 2015/07/30, favorável à aceitação do termo de responsabilidade e que atesta encontrar-se o processo em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento;

Após a análise do requerimento registado sob o n.º 25/15, em 08/01/2015, pelo qual é apresentado termo de responsabilidade relativo à estrutura do edifício, referente ao pedido de licenciamento de legalização de alterações a moradia e de legalização da obra de construção de anexo destinado a arrumos, situados na Rua António Nobre Marques, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 17.344 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9.307, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 463/13, com data de entrada de 20/12/2013, apresentado por MANUEL BARBEIRO COSTA, com o NIF 123548934 residente na Estrada das Moitas Altas, lugar de Pinheiros, freguesia de Marrazes e concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2014/08/14, bem como do parecer técnico datado de 2015/07/30, que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, DEFERIR o mesmo.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do RMEU, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 1078/15, DATADO DE 05/08/2015 — PC N.º 177/15, DATADO DE 28/05/2015 — V L MOLDES LDA., RABOURDIN PORTUGAL — MATERIAIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA e MARILAMP — COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉCTRICO, LDA

532 - Presente pedido com o registo n.º 1078/15, datado de 05/08/2015 relativo ao licenciamento de alterações a edifício industrial e construção de estrutura de proteção a equipamento técnico de apoio à atividade industrial, sito na Estrada do Guilherme, n.º 135, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.430 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.202, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 177/15, com data de entrada de 28/05/2015, apresentado por **V L MOLDES LDA**, com o NIPC 503914584, com sede na Rua dos Guilhermes, 135-B, Amieirinha, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, **RABOURDIN PORTUGAL – MATERIAIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA**, com o NIPC 502163640, com sede na Estrada dos Guilhermes, n.º 135-A, Zona Industrial Casal da Lebre, freguesia e concelho da Marinha Grande e **MARILAMP – COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉCTRICO, LDA**, com o NIPC 506 565 947, com sede na Estrada dos Guilhermes, n.º 135-C, Zona Industrial Casal da Lebre, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 25/06/2015;

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 07/08/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites, estando o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de alterações a edifício industrial e construção de estrutura de proteção a equipamento técnico de apoio à atividade industrial, sito na Estrada do Guilherme, n.º 135, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.430 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.202, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 177/15, com data de entrada de 28/05/2015, apresentado por **V L MOLDES LDA**, com o NIPC 503914584, com sede na Rua dos Guilhermes, 135-B, Amieirinha, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, **RABOURDIN PORTUGAL – MATERIAIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA**, com o NIPC 502 163 640, com sede na Estrada dos Guilhermes, n.º 135-A, Zona Industrial Casal da Lebre, freguesia e concelho da Marinha Grande e **MARILAMP – COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉCTRICO, LDA**, com o NIPC 506 565 947, com sede na Estrada dos Guilhermes, n.º 135-C, Zona Industrial Casal da Lebre, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 582/15, DATADO DE 28/04/2015 – PC N.º177/14, DATADO DE 23/05/2014 – CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES E ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS

533 - Presente requerimento n.º 208/15 datado 2015/02/18, constante do processo camarário n.º 177/14, referente ao licenciamento da construção de uma moradia e muro, no prédio com 1390,00m², sito no lugar do Boco, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.627 e inscrito na matriz predial rústica sob n.º 17, da freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por **CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES**, com o NIF 205571018 e por **ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS**, com o NIF 211169315, residentes na Rua de Leiria, n.º 5, lugar de Monte Real, concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2014/11/28, com condicionalismo assente no compromisso dos requerentes de execução dos trabalhos necessários à obra de pavimentação do arruamento em toda a frente do terreno objeto do pedido.

Do prédio objeto do pedido com 1.390,00 m², será cedida uma parcela de terreno com a área de 188,00 m², para integrar o domínio público, destinada a passeio público e alargamento do arruamento. Após a cedência o prédio ficará com a área de 1.202,00 m².

Presente Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Construção n.º A013171.2014.RH4, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente – Administração Regional da ARH do Centro, com início em 2014/10/24 e válida até 2016/10/24, para a construção de moradia unifamiliar distanciada no seu ponto mais próximo 6.50 m em relação à crista do talude da margem da linha de água e descarga das águas pluviais provenientes da mesma.

Presente os projetos das especialidades previstos no n.º 5 do artigo 11.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, adequados ao tipo de obra a executar, instruídos com os termos de responsabilidade dos respetivos autores, nos termos do previsto n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei 26/2010, de 30 de março e Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro.

Presentes pareceres técnicos datados de 2015/06/09, e 2015/07/20, a atestarem encontrem-se reunidas as condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento apresentado.

Após a análise do pedido, a Câmara delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei 26/2010, de 30 de março e Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro, o pedido de licenciamento da construção de uma moradia e muro, no prédio com 1.390,00 m², sito no lugar do Boco, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.627 e inscrito na matriz predial rústica sob n.º 17, da freguesia de Vieira de Leiria, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 177/14, com data de entrada de 2014/05/23, apresentado por CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES, com o NIF 205571018 e por ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS, com o NIF 21169315, residentes na Rua de Leiria, n.º 5, lugar de Monte Real, concelho de Leiria, considerando a Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Construção n.º A013171.2014.RH4, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente – Administração Regional da ARH do Centro, com início em 2014/10/24 e válida até 2016/10/24, para a construção de moradia unifamiliar distanciada no seu ponto mais próximo 6.50 m em relação à crista do talude da margem da linha de água e descarga das águas pluviais provenientes da mesma, bem como os pareceres técnicos datados de 2015/06/09 e 2015/07/20, que sobre ele recaíram, com o condicionalismo de execução de obras de urbanização e de obra de pavimentação do arruamento em toda a frente do terreno objeto do pedido e prestar caução adequada às mesmas.

Delibera, igualmente, aceitar a cedência de uma parcela de terreno com a área de 188,00 m², para integrar o domínio público, designadamente, para passeio público e alargamento do arruamento, proveniente do prédio objeto do pedido com 1.390, m², descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.627 e inscrito na matriz predial rústica sob n.º 17, da freguesia de Vieira de Leiria. Após a cedência o prédio ficará com a área de 1.202,00 m².

Mais delibera:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.

4- Deverá assegurar execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

5- Aquando da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3

do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

6- A concessão da autorização de utilização fica condiciona à prévia apresentação da certidão da Conservatória do Registo Predial atualizada com registo da cedência ao domínio público de 188,00 m2 do prédio objeto do pedido.

7- Deverá solicitar aos serviços camarários de Águas e Saneamento a ligação da rede de água e rede de água residual doméstica, às redes públicas de abastecimento de águas e residuais domésticas existentes na rua.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

534 - Presente, ainda, o requerimento n.º 582/15, registado em 2015/04/28, relativo aos projetos de obras de urbanização, a realizar no âmbito do processo n.º 177/14, com data de entrada de 2014/05/23, apresentado por CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES, com o NIF 205571018 e por ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS, com o NIF 211169315, residentes na Rua de Leiria, n.º 5, lugar de Monte Real, concelho de Leiria.

Presente informação técnica, datada de 2015/07/09, que atesta encontrarem-se os projetos relativos às obras de urbanização a realizar devidamente elaborados e em condições de merecerem deferimento.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de urbanização referentes às infraestruturas viária e de rede de drenagem de águas domésticas a pluviais, requerido por CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES, com o NIF 205571018 e por ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS, com o NIF 211169315, residentes na Rua de Leiria, n.º 5, lugar de Monte Real, concelho de Leiria, que no âmbito do pedido de licenciamento de obras de construção de moradia e muro, referente ao processo camarário n.º 177/14, com data de entrada de 2014/05/23, se propuseram realizar.

Mais delibera:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Deverá apresentar caução para a garantia da boa execução das obras de urbanização, nos termos do disposto no artigo 54 do RJUE, no valor de 6 499,14 € (Seis mil e quatrocentos e noventa e nove euros e catorze cêntimos), dos quais 4 922,64 € (Quatro mil novecentos e vinte e dois euros e sessenta e quatro cêntimos) respeitam às infra-estruturas viárias e 1 576,50 € (mil e quinhentos e setenta e seis euros e cinquenta cêntimos) respeitam à drenagem de águas residuais domésticas e drenagem de águas residuais pluviais.

3 – Deverá celebrar com a Câmara Municipal contrato relativo ao cumprimento da obrigação de assunção dos encargos de funcionamento das infraestruturas mencionadas por um período mínimo de 10 anos, ao abrigo do n.º 1 e n.º 4 do artigo 25.º do RJUE.

4 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento, devendo igualmente comunicar aos serviços técnicos da Câmara, solicitando autorização e acompanhamento dos trabalhos de ligação à conduta de abastecimento público de água.

5- Após conclusão dos trabalhos, deverão ser apresentadas as respetivas Telas Finais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 1106/15, DATADO DE 10/08/2015 – PC N.º 34/15, DATADO DE 03/02/2015 – BELMIRA GÂNDARA FARIA CONDEÇA FELICIANO E MARIA ADELINA FERREIRA GANDARA

535 - Presente processo n.º 34/15, registado em 2015/02/03, referente ao pedido de **legalização**, ao abrigo do artigo 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e **licenciamento de obras de alteração e ampliação da moradia e de construção de anexo**, existentes no prédio misto sito na Rua Aquilino Ribeiro, n.º 36, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 18.862 e inscrito na matriz predial sob os artigos n.º 4.686 e n.º 9.256 (parte), apresentado por **BELMIRA GANDARA FARIA CONDEÇA FELICIANO**, com o NIF 121 324 109, residente na Rua Professor Aires de Sousa, n.º 6 – 4º B, freguesia de Lumiar-Telheiras, e por **MARIA ADELINA FERREIRA GANDARA**, com o NIF 128 504 447, residente na Rua Avelar Brotero, n.º 42/42 A, Loures, na Associação Luís Pereira da Mota, **cujá notificação do projeto de indeferimento**, em sede de audiência prévia, ao abrigo dos artigos 121º e 122º do CPA, foi deliberada em reunião de Câmara datada de 28/05/2015 e comunicada pelos ofícios n.º 491/15 e 492/15, de 1 de junho, rececionados a 2/06/2015;

Presentes alegações escritas, apresentadas em sede de audiência prévia, relativas ao projeto de arquitetura, apresentados pelos requerimentos registados sob o n.º 914/15, n.º 1075/15 e n.º 1106/15, datados de 2015/07/01, 2015/08/05 e 2106/08/10, respetivamente.

Presentes pareceres técnicos datados de 2015/08/10, que atestam que o projeto de arquitetura se encontra apto a ser aprovado.

Presentes projetos das especialidades que acompanham os requerimentos n.º 146/15 e n.º 411/15, registados em 2015/02/03 e 2015/03/26, respetivamente, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014,

de 19 de novembro, e com as dispensas aplicáveis, de acordo com o previsto no artigo 102.º-A do RJUE.

Presentes informações técnicas, datadas de 2015/02/23 e de 2015/04/20, que atestam encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser tomada uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento.

A Câmara Municipal, depois de analisar o processo camarário n.º 34/15, referente ao pedido de legalização, ao abrigo do artigo 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e licenciamento de obras de alteração e ampliação da moradia e de construção de anexo, existentes no prédio misto sito na Rua Aquilino Ribeiro, n.º 36, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 18.862 e inscrito na matriz predial sob os artigos n.º 4.686 e n.º 9.256 (parte), apresentado por BELMIRA GANDARA FARIA CONDEÇA FELICIANO, com o NIF 121 324 109, residente na Rua Professor Aires de Sousa, n.º 6 – 4º B, freguesia de Lumiar-Telheiras, e por MARIA ADELINA FERREIRA GANDARA, com o NIF 128 504 447, residente na Rua Avelar Brotero, n.º 42/42 A, Loures, na Associação Luís Pereira da Mota, bem como os pareceres técnicos que sobre a pretensão recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014, de 19 de novembro, DEFERIR o mesmo.

Mais delibera:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2- Deverá assegurar a instalação de recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.
- 3- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
- 4- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do RMEUMMG, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 950/15, DATADO DE 10/07/2015 – PC N.º 234/15, DATADO DE 10/07/2015 – IMOBILIÁRIA F.T.P., S.A.

536 - Presente pedido n.º 950/15, datado de 10/07/2015, apresentado por **IMOBILIÁRIA F.T.P., S.A.**, com o NIPC 503 216 011, com sede na Rua Virgílio Correia, n.º 41, 2.º E, freguesia de São Domingos de Rana, concelho de Lisboa, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 234/15, com data de entrada de 10/07/2015, para a **construção de um anexo ao Centro de Inspeção Automóvel**, destinado à instalação de uma área de inspeção de veículos de categoria L, a erigir na Rua da Indústria Metalúrgica, n.º 514, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.110 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.620, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 03/08/2015 que atesta não se encontrar o processo em condições de merecer aprovação, por violar normas regulamentares aplicáveis, designadamente a alínea c) do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, ao não respeitar as distâncias mínimas de construção às extremas;

Após análise da pretensão, a Câmara Municipal delibera:

Notificar a sociedade requerente, IMOBILIÁRIA F.T.P., S.A., com o NIPC 503 216 011, com sede na Rua Virgílio Correia, n.º 41, 2.º E, freguesia de São Domingos de Rana, concelho de Lisboa, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias úteis, antes de ser tomada a decisão final, para que esta refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento da pretensão, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, referente ao pedido de licenciamento de construção de um anexo ao Centro de Inspeção Automóvel, destinado à instalação de uma área de inspeção de veículos de categoria L, a erigir na Rua da Indústria Metalúrgica, n.º 514, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.110 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16620, da freguesia e concelho da Marinha Grande, por violar o disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM), que refere deverem observar-se na área industrial da Marinha Grande os afastamentos laterais, frontais e posteriores respetivamente de 3, 5 e 10 metros e a construção proposta apresentar uma implantação encostada às extremas lateral e posterior.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 1081/15, DATADO DE 05/08/2015 – PC N.º 384/14, DATADO DE 31/10/2014 – PAULO SÉRGIO PORTUGAL CARQUEIJEIRO

537 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1081/15 de 05/08/2015, apresentado por **PAULO SÉRGIO PORTUGAL CARQUEIJEIRO**, com o NIF 205730655, com morada em Rua Prof Egas Moniz, n.º 12, 6.º Dt.º, freguesia de Oeiras e São Julião Barra, concelho de Oeiras, a solicitar a autorização de utilização o edifício sito na Rua Pires de Campos, n.º

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

88, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, destinado a habitação, objeto de obras de legalização de alteração e ampliação e de construção de anexo, licenciadas no âmbito do processo n.º 384/14.

Presente parecer técnico datado 06/08/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua Pires de Campos, n.º 88, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, destinado a habitação, propriedade de PAULO SÉRGIO PORTUGAL CARQUEIJEIRO, com o NIF 205730655, com morada em Rua Prof Egas Moniz, n.º 12, 6.º Dt.º, freguesia de Oeiras e São Julião Barra, concelho de Oeiras, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1071/15, DATADO DE 04/08/2015 – PC N.º 161/14, DATADO DE 13/05/2014 – ALDA DE OLIVEIRA SILVA MESQUITA

538 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1071/15 de 04/08/2015, apresentado por ALDA DE OLIVEIRA SILVA MESQUITA, com o NIF 113608829, com morada em Rua de Leiria, n.º 69, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização do edifício sito na Estrada de Leiria, n.º 69, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, destinado a habitação, objeto de obras de

legalização de alteração a moradia e construção de anexo, licenciadas no âmbito do processo n.º 161/14.

Presente parecer técnico datado 06/08/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito edifício sito na Estrada de Leiria, n.º 69, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, destinado a habitação, propriedade de ALDA DE OLIVEIRA SILVA MESQUITA, com o NIF 113608829, com morada em Rua de Leiria, n.º 69, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - 1/999/2015 – PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL – DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, HIGIENE E SALUBRIDADE DO IMÓVEL ONDE RESIDE ATUALMENTE.

539 - Presente pedido de marcação de atendimento em reunião de Câmara, apresentado por **MARIA JOÃO DE SOUSA CRUZ**, com o NIF 185400981, residente em Rua João Fresco, n.º28, lugar de Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, no sentido de ser permitida a sua inscrição para atribuição de habitação social.

Presente parecer dos serviços de ação social, datado de 04/08/2015, a propor a realização de vistoria ao imóvel em que a requerente reside, de modo a verificar se a habitação em causa apresenta perigo físico para os respetivos ocupantes, por forma a poderem aferir o

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

enquadramento do pedido na legislação que regulamenta a habitação social – Lei n.º 81/2014, de 19/12, uma vez que o artigo 14.º do mencionado diploma legal prevê que *“têm acesso à habitações em regime de arrendamento apoiado os indivíduos e os agregados familiares que se encontrem em necessidade habitacional urgente e ou temporária, designadamente decorrente de desastres naturais ou de calamidades ou de outras situações de vulnerabilidade e emergência social e perigo físico e moral para as pessoas, incluindo as relativas a violência doméstica...”*

Presente despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 07/08/2015, com o seguinte teor: *“Com a máxima urgência a comissão de vistorias deve verificar se a habitação dispõe nesta data de condições de habitabilidade e em caso afirmativo identificar os trabalhos mínimos indispensáveis à solução de patologias identificadas na habitação, quantificando com o máximo rigor os valores em causa.”*

Após análise do pedido, da informação datada de 04/08/2015 e do despacho do Sr. Presidente, datado de 07/08/2015, e considerando que:

- A habitação onde reside a requerente e o seu agregado familiar é arrendada, sendo que a mesma informou que o proprietário do imóvel é Paulo Jorge Coutinho, residente em Rua das Oliveiras, n.º 34, 2405-017 Maceira, Leiria;

- De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 89.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, a Câmara Municipal pode a requerimento de qualquer interessado determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção das má condições de segurança ou de salubridade existentes, sendo para tal determinação precedida da realização de vistoria, a determinar pela Câmara Municipal (art.º 90.º do RJUE)

A Câmara Municipal delibera:

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Rua João Fresco, n.º 28, lugar de Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Paulo Jorge Coutinho, residente em Rua dos Olivais, n.º 34, 2405-017 Maceira Leiria, para verificação das condições de habitabilidade e de patologias que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e/ou salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, quantificando com o máximo de rigor os valores em causa, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 01/09/2015, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

**Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Vasco Fernandes**

Membros suplentes:

Engenheira Cristina Silva

Arquiteto Alexandre Fava

Dra. Eunice Marques

NOTIFICAR a requerente, MARIA JOÃO DE SOUSA CRUZ, com o NIF 185400981, residente em Rua João Fresco, n.º28, lugar de Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como o proprietário do imóvel, Paulo Jorge Coutinho, residente em Rua dos Olivais, n.º 34, 2405-017 Maceira Leiria, da data e dos fundamentos da realização da vistoria.

INFORMAR a requerente, bem como o proprietário do imóvel, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 523/15, DATADO DE 20/04/2015 – PC N.º 59/14, DATADO DE 26/02/2014 – TUBOFURO - TUBOS EM PVC SA

540 - Presente processo de licenciamento relativo a **obras de demolição de instalações fabris**, a levar a efeito na Rua Pires de Campos, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, sob o n.º 3.057 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3.325, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, apresentado por **TUBOFURO - TUBOS EM PVC SA**, portadora do NIPC 504 086 685, com sede na Avenida do Brasil, n.º 1, 9º, freguesia de Alvalade e concelho de Lisboa, aprovado em reunião de Câmara de 19/06/2014, para o qual foi emitido o alvará de obras de demolição n.º 86/14.

Presente informação técnica datada de 4 de agosto de 2015;

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e considerando que:

1- A empresa interessada, **TUBOFURO - TUBOS EM PVC SA**, portadora do NIPC 504 086 685, com sede na Avenida do Brasil, n.º 1, 9º, freguesia de Alvalade e concelho de Lisboa, foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de **obras de demolição de instalações fabris**, a levar a efeito na Rua Pires de Campos, em Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, sob o n.º 3.057 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3.325, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 19/06/2014, através do ofício n.º 690/14, de 24/06/2014, rececionado em 25/06/2014.

2- A 26/09/2014 foi solicitada a emissão do alvará de licença de obras, o qual foi emitido, com o n.º 86/14, a 22/10/2014.

3- O prazo para conclusão das obras apresenta o seu termo a 21 de abril de 2015.

4- A 20 de abril de 2015 a requerente solicitou a prorrogação do prazo inicial, ao abrigo do n.º 5 do artigo 58º do RJUE, por mais dois meses, o que lhe foi aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 30/04/2015.

5- Esta prorrogação estendeu o prazo de execução das obras até 21 de junho de 2015.

6- Em deslocação ao local verificou-se não terem as obras sido concluídas.

7- A não conclusão das obras no prazo constante do respetivo alvará implica a caducidade da licença, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

DELIBERA notificar a requerente, **TUBOFURO - TUBOS EM PVC SA**, portadora do NIPC 504 086 685, com sede na Avenida do Brasil, n.º 1, 9º, freguesia de Alvalade e concelho de Lisboa, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121º e 122º do CPA e n.º 5 do artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 59/14, para obras de demolição de instalações fabris, a levar a efeito na Rua Pires de Campos, em Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, sob o n.º 3.057 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3.325, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que corresponde o alvará de obras de demolição n.º 86/14, por não ter concluído as obras no prazo fixado na licença e constante no respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 393/15, DATADO DE 24/03/2015 – PC N.º 79/13, DATADO DE 22/03/2013 – DAVID JOÃO ALEXANDRE CARPINTEIRO E ALEXANDRA CECÍLIA ANTUNES ROSA

541 - Presente processo de licenciamento n.º 79/13, de uma moradia unifamiliar e de um muro de vedação, no lugar da Machinha, freguesia da Moita, concelho da Marinha Grande, em nome de **David João Alexandre Carpinteiro**, NIF 224887203, e **Alexandra Cecília Antunes Rosa**, NIF 230679536, ambos residentes na Rua 25 de Abril, n.º 9, 2.º esq., freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presentes alegações escritas - com registo de entrada n.º 393/15, datadas de 24-03-2015 - apresentadas em sede de audiência prévia, pelos interessados, na sequência da notificação da intenção, por parte da Câmara Municipal, de declarar a caducidade da licença de construção, respeitante ao processo acima referido, datada de 09-01-2014.

Considerando que:

- David João Alexandre Carpinteiro entregou a 24-03-2015, sob o n.º 393/15, alegações escritas, em sede de audiência prévia - devidamente ratificadas, a 20 de maio de 2015, através de declaração, com o registo de entrada n.º 699/15, apresentada por Alexandra Cecília Antunes Rosa - na sequência da notificação da deliberação de 05-03-2015, em que esta Câmara Municipal manifestou a intenção de declarar a caducidade da licença para construção de uma moradia e de um muro de vedação, a edificar sobre o prédio rústico sito no lugar da Machinha, freguesia da Moita, concelho da Marinha Grande, em virtude de não ter sido apresentado, dentro dos prazos legais, o requerimento a solicitar o respetivo alvará;
- Os interessados alegam manter a intenção de construir a moradia e os muros de vedação licenciados através da deliberação camarária de 09-01-2014;
- Afirmam não se terem apercebido do prazo que lhes foi comunicado para requerem o alvará, por se encontrarem absorvidos, quer nos esforços que tiveram de desenvolver para negociação de um crédito financeiro, quer, no caso do interessado, na sua vida profissional que é desgastante;
- Esta Câmara Municipal tem vindo a deliberar não declarar a caducidade das respetivas licenças, nos procedimentos de controlo prévio de operações urbanísticas, em que se encontra, apenas, em falta o pedido para emissão do alvará de construção;
- Que este tipo de decisão suporta-se no facto de, nos casos em que os interessados mantêm a vontade de construir, não se pretender onerá-los, com despesas acrescidas que a instrução de um novo procedimento de licenciamento implica, numa época de crise que afeta as famílias, que têm sofrido cortes drásticos nos seus orçamentos;
- Que a Câmara Municipal não pretende criar obstáculos à dinamização da economia, que este tipo de operações fomenta;

Delibera, pelas razões antecedentes, não declarar a caducidade da licença concedida em 09-01-2014, a David João Alexandre Carpinteiro e Alexandra Cecília Antunes Rosa, ambos residentes na Rua 25 de Abril, n.º 9, 2.º esq., freguesia e concelho da Marinha Grande, no âmbito do processo de licenciamento n.º 79/13, de que são titulares, para construção de uma moradia unifamiliar e de um muro de vedação no prédio rústico sito no lugar da Machinha, freguesia da Moita, concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1584 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 1842 da freguesia da Moita, concelho da Marinha Grande, mantendo-se, assim, os efeitos da dita licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 1422/14, DATADO DE 25/09/2015 – PC N.º 53/12, DATADO DE 27/02/2012 – ADELINO RIBEIRO MARGARIDO

542 - Presente processo de licenciamento relativo a legalização de alterações e ampliação de edifício para a instalação de serviços de creche e ATL, a levar a efeito num edifício

existente na Estrada de Leiria, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por **ADELINO RIBEIRO MARGARIDO**, portador do NIF 112782884, residente na Rua da Agroeira, n.º 12, Amieira, freguesia e concelho da Marinha Grande aprovado em reunião de Câmara de 31/10/2012, para o qual foi emitido o alvará de obras n.º 60/13.
Presente informação técnica datada de 10 de agosto de 2015;

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e considerando que:

- 1- O interessado, **ADELINO RIBEIRO MARGARIDO**, portador do NIF 112782884, residente na Rua da Agroeira, n.º 12, Amieira, freguesia e concelho da Marinha Grande, foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de legalização de alterações e ampliação de edifício para a instalação de serviços de creche e ATL, a levar a efeito num edifício existente na Estrada de Leiria, freguesia e concelho da Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 31/10/2012, através do ofício n.º 958, de 05/11/2012, rececionado em 12/11/2012;
- 2- A 02/04/2013 foi solicitada a emissão do alvará de licença de obras, o qual foi emitido, com o n.º 60/13, a 26/09/2013;
- 3- O prazo para conclusão das obras apresenta o seu termo a 25 de setembro de 2014;
- 4- A 25 de setembro de 2014, o requerente solicitou a prorrogação do prazo para a conclusão da obra, por mais seis meses, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 58 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação -RJUE, o que lhe foi aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 30/09/2014;
- 5- Até à presente data não foi levantado o alvará com o averbamento da prorrogação nem pagas as guias respetivas;
- 6- Com a prorrogação aprovada, as obras poder-se-iam ter executado até 25 de março de 2015;
- 7- De acordo com a informação técnica datada de 3 de junho de 2015, as obras não se encontram concluídas;
- 8- A não conclusão das obras no prazo constante do respetivo alvará implica a caducidade da licença, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
- 9- Foi deliberado, em reunião de Câmara de 9 de julho de 2015, conceder o prazo de 10 dias para que o interessado pudesse apresentar, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121º e 122º do CPA as alegações que entendesse oportunas face à proposta de declaração de caducidade da licença respetiva;
- 10- Esta deliberação foi notificada pelo ofício n.º 646/15, rececionado a 22/07/2015, tendo o prazo concedido de 10 dias expirado a 6/08/2015 sem que fossem apresentadas quaisquer alegações;
- 11- Estando reunidas as condições para declarar a caducidade do presente processo;

DELIBERA declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 53/12, apresentado por ADELINO RIBEIRO MARGARIDO, portador do NIF 112782884, residente na Rua da Agroeira, n.º 12, Amieira, freguesia e concelho da Marinha Grande, para legalização de alterações e ampliação de edifício para a instalação de serviços de creche e ATL, a levar a efeito num edifício existente na estrada de Leiria, freguesia e concelho da Marinha Grande, aprovado em reunião de Câmara de 31/10/2012, a que corresponde o alvará de obras de construção n.º 60/13, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por não ter concluído as obras no prazo fixado na licença e constante no respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N.º 1101/15, DATADO DE 10/08/2015 – PC N.º 659/00, DATADO DE 19/06/2000 DANIEL ANTÓNIO DE JESUS FERREIRA

543 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia, a que foi atribuído o número de processo 659/00, incidente sobre um prédio sito em Quinta dos Valdreanes, lote 41, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.983 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.004, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por **Celsino Silva Freire**, cujo licenciamento foi aprovado por despacho da vereadora do pelouro do urbanismo, datado de 17/04/2001.

Presente informação técnica datada de 10/08/2015, sobre os condicionalismos que enquadram a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por despacho da vereadora do pelouro do urbanismo, datado de 17/04/2001, foi deferido o pedido de licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia, incidente sobre um prédio sito Quinta dos Valdreanes, lote 41, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.983 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.004, da referida freguesia de Marinha Grande e concelho de Marinha Grande.

- Em 19/06/2001 foi emitido o alvará de licença construção n.º 402/2001, cuja validade terminou em 11/12/2002, primeira prorrogação solicitada em 11/11/2002, deferida e na sequência da qual foi emitida a licença n.º 59/2003, datada de 26/05/2003, e segunda prorrogação solicitada em 17/11/2003, na sequência da qual foi emitida a licença n.º 761, de 20/12/2003, válida até 01/12/2004.

- Em 27/12/2004 foi solicitada nova prorrogação do prazo para execução das obras, sendo que, em virtude de já não ser possível conceder nova prorrogação, foi concedida licença especial para conclusão da obra, ao abrigo do artigo 88.º do decreto-Lei n.º 555/99, de

16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 04/06, com o condicionalismo de *“conclusão da obra em causa no prazo máximo de 180 dias, que a não serem cumpridos implica a caducidade de todo o processo de licenciamento, nos termos da alínea c) e d) do n.º 1 do artigo 23.º do Dec.-Lei n.º 445/91, de 20/11, na redação dada pelo Dec.-Lei n.º 290/94, de 15/10, ao abrigo do qual foi licenciada a referida construção.”*

- Esta licença especial não foi levantada, apesar de ter sido concedido um prazo de 10 dias para o efeito, sendo que, por si só, esta situação conduzia à declaração da caducidade da licença, tal como descrito no ponto anterior.

- Em 10/08/2015, foi requerido o averbamento do requerente do processo, uma vez que o imóvel em causa foi adquirido por compra em processo de execução, conforme certidão da conservatória do registo predial entregue com o referido pedido de averbamento, registado sob o n.º 1100/15, de 10/08/2015.

- O novo titular do processo, **DANIEL ANTÓNIO DE JESUS FERREIRA**, com o NIF 193681838, com morada no Largo da Fonte Ninho de Água, n.º 3, freguesia de Cercal, concelho de Ourém, vem requerer uma licença especial para conclusão da obra, a qual apenas pode ser solicitada quando as obras já tenham atingido um elevado estado de execução, mas a licença haja caducado;

-Pressupôs, portanto, o requerente que a caducidade da licença já se operou automaticamente, pelo que considera-se estarem reunidas condições para a dispensa da sua audiência prévia pela Câmara, conforme o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 124.º do CPA — Código do Procedimento Administrativo, que refere que a audiência dos interessados pode ser dispensada quando *“os interessados já se tiverem pronunciado no procedimento sobre as questões que importem à decisão e sobre as provas produzidas”*.

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de licença construção n.º 402/2001, emitido em 19/06/2001, cuja validade terminou em 11/12/2002, objeto de uma primeira prorrogação solicitada em 11/11/2002, na sequência da qual foi emitida a licença n.º 59/2003, datada de 26/05/2003, e de uma segunda prorrogação solicitada em 17/11/2003, na sequência da qual foi emitida a licença n.º 761, de 20/12/2003, válida até 01/12/2004, sem que a obra se encontre concluída, no uso da competência conferida pelo n.º 5 do referido artigo 71.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, delibera declarar a caducidade do licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia, incidente sobre um prédio sito em Quinta dos Valdreanes, lote 41, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.983 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.004, da referida freguesia e concelho de Marinha Grande, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do mencionado artigo 71.º.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N.º 1101/15, DATADO DE 10/08/2015 – PC N.º 659/00, DATADO DE 19/06/2000 DANIEL ANTÓNIO DE JESUS FERREIRA

544 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia, a que foi atribuído o número de processo 659/00, datado de 19/06/2000, incidente sobre um prédio sito em Quinta dos Valdreanes, lote 41, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.983 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.004, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por Celsino Silva Freire, aprovado por despacho da vereadora do pelouro do urbanismo datado de 17/04/2001.

Presente pedido de concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do RJUE Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, registado sob o requerimento n.º 1975/13, datado de 02/12/2013, apresentado por **DANIEL ANTÓNIO DE JESUS FERREIRA**, com o NIF 193681838, com morada no Largo da Fonte Ninho de Água, n.º 3, freguesia de Cercal, concelho de Ourém, na qualidade de atual proprietário do imóvel.

Presente deliberação camarária a declarar a caducidade da licença por se encontrar ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de construção n.º 04/07, emitido em 12/01/2007, cuja validade terminou em 02/01/2009, sem que a obra se encontre concluída, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE.

Presente parecer dos serviços sobre o assunto, datado de 10/08/2015.

Após análise da pretensão a Câmara Municipal delibera:

Conceder a licença especial para conclusão da obra ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE-Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, requerida por DANIEL ANTÓNIO DE JESUS FERREIRA, com o NIF 193681838, com morada no Largo da Fonte Ninho de Água, n.º 3, freguesia de Cercal, concelho de Ourém, em virtude das obras de construção de uma moradia, a que foi atribuído o número de processo 659/00, datado de 19/06/2000 incidente sobre um prédio sito em Quinta dos Valdreanes, lote 41, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.983 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.004, da referida freguesia de Marinha Grande e concelho de Marinha Grande, terem já atingido um elevado grau de execução, encontrando-se em fase de acabamentos, e da licença respetiva ter caducado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N. 719/15, DATADO DE 21/05/2015 – PC N.º 570/06, DATADO DE 19/09/2006 – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA MARINHA GRANDE

545 - Presente requerimento n.º 719/15, datado de 21/05/2015, apresentado por **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA MARINHA GRANDE**, com o número de identificação de pessoa coletiva 500892113, com sede na Rua Fonte dos Ingleses, n.º 69, lugar de Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização, executadas no âmbito de uma operação urbanística de construção de Centro de Dia, Sede de Apoio Domiciliário, Lar de Idosos e Casa Abrigo, designadamente, rede de drenagem de águas residuais domésticas e rede de drenagem de águas residuais pluviais, incidente sobre o prédio sito em Vergieiras, freguesia e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 16.532, aprovadas no âmbito do processo de Licenciamento n.º 570/16, com o Alvará de Autorização de Utilização n.º 118/09, emitido em 31/08/2009, com vista à sua receção definitiva e à libertação do montante de 528,02€ (quinhentos e vinte e oito euros e dois centimos), correspondente à parte remanescente da caução, destinada, nos termos do artigo 54.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, a garantir a boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, prestada mediante depósito efetuado na Caixa Geral de Depósitos, em 19/10/2007, conta n.º 0441039513850, no valor inicial de 5.280,17€ (cinco mil duzentos e oitenta euros e dezassete centimos), conforme carta n.º 480/2007, de 22/10/2007; Presente relatório da Comissão de Vistorias, datado de 17 de julho de 2015, referindo que é possível proceder à receção definitiva das obras de urbanização uma vez que as mesmas se encontram em boas condições; Presente, igualmente, Auto de Vistoria, datado de 17 de julho de 2015, propondo a receção definitiva das obras de urbanização em causa;

Após análise da pretensão apresentada pelo requerente, a Câmara delibera, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 54.º e no artigo 87.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE:

- 1) DEFERIR o pedido de receção definitiva das infraestruturas executadas, no âmbito de uma operação urbanística de construção de Centro de Dia, Sede de Apoio Domiciliário, Lar de Idosos e Casa Abrigo, com o número de processo 570/16, com o Alvará de Autorização de Utilização n.º 118/09, emitido em 31/08/2009, em nome de SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA MARINHA GRANDE, com o número de identificação de pessoa coletiva 500892113, com sede na Rua Fonte dos Ingleses, n.º 69, lugar de Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, incidente sobre o prédio sito em Vergieiras, freguesia e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 16.532, nomeadamente, rede de drenagem de águas residuais domésticas e rede de drenagem de águas residuais pluviais, conforme proposto pela Comissão de Vistoria nos seus relatório e auto datados de 17 de julho de 2015, uma vez que as mesmas se encontravam em bom estado de conservação e manutenção.**
- 2) MANDAR LIBERTAR o montante de 528,02€ (quinhentos e vinte e oito euros e dois centimos), correspondente à parte remanescente da caução prestada mediante depósito**

efetuado na Caixa Geral de Depósitos, em 19/10/2007, conta n.º 0441039513850, no valor inicial de 5.280,17€ (cinco mil duzentos e oitenta euros e dezassete cêntimos), conforme carta n.º 480/2007, de 22/10/2007, destinada, nos termos do artigo 54.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, a garantir a boa e regular execução das respetivas obras de urbanização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - E/3715/2015 – LUSITANIAGÁS - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL

546 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo de entrada n.º E/3715/2015, datado de 15/04/2015, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 4,00 metros de betuminoso e 1,00 metro de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua dos Poços, n.º 77, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 21/07/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 4,00 metros de betuminoso e 1,00 metro de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo 7,00 metros de betuminoso e 8,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua dos Poços, n.º 77, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.

- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - E/5676/2015 – LUSITANIAGÁS - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL

547 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo de entrada n.º E/5676/2015, datado de 02/07/2015, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 5,00 metros de betuminoso, 10,00 metros de calçada e 1,50 metros de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua das Laranjeiras à Garcia, n.º 16 e Rua do Rego, n.º 30 (Garcia), ambas da freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 21/07/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 5,00 metros de betuminoso, 10,00 metros de calçada e 1,50 metros de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua das Laranjeiras à Garcia, n.º 16 e Rua do Rego, n.º 30 (Garcia), ambas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, devendo promover a execução das marcações rodoviárias.
- b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O **Sr. Presidente** interrompeu a reunião, das 13:00 horas às 14:30 horas, para almoço.

Quando foi retomada, no período da tarde, não esteve presente a **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho**, por se encontrar de férias.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

24 - REQ. N. 1019/15, DATADO DE 24/07/2015 – PC N.º 270/2015, DATADO DE 24/07/2015 – AVILIZ – AVIÁRIOS DO LIZ, LDA

Como este processo e os três seguintes suscitaram alguns pedidos de esclarecimentos, o Sr. Presidente solicitou a presença na reunião da Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Dr.ª Inês Marrazes, e da Jurista da mesma Divisão, Dr.ª Madalena Oliveira.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou se os trabalhadores das duas empresas referentes aos pontos 24 e 25 da ordem do dia estão legalizados no concelho da Marinha Grande, uma vez que aquelas têm a sua sede noutro concelho.

As duas **técnicas da DOT** responderam que não dispõem desses elementos, uma vez que a lei não prevê essa confirmação.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** solicitou então ao Sr. Presidente que as propostas relativas aos pontos 24 e 25 sejam retiradas, para pedir aos interessados mais elementos instrutórios.

O **Sr. Presidente** pôs a votação a proposta, que foi rejeitada, com 4 votos contra, 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira e 1 voto a favor do Sr. Vereador Carlos Logrado.

Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta:

548 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1019/15, datado de 24-07-2015, em nome de **AVILIZ – AVIÁRIOS DO LIZ, LDA**, com o NIPC 500784558, com sede na Rua D.

Maria Elisa, n.º 1500, Casalito, freguesia de Amor, concelho de Leiria, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização das instalações pecuárias destinadas à produção de ovos incubáveis, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização **AVILIZ – AVIÁRIOS DO LIZ, LDA**, com o NIPC 500784558, com sede na Rua D. Maria Elisa, n.º 1500, Casalito, freguesia de Amor, concelho de Leiria, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, na regularização das instalações destinadas à produção de ovos incubáveis, da sua unidade produtiva denominada **“UP 15 - Quinta do Fagundo”**, sita na Rua da Charneca, Fagundo, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Considerando que:

- A sociedade **AVILIZ – AVIÁRIOS DO LIZ, LDA**, com o NIPC 500784558, com sede na Rua D. Maria Elisa, n.º 1500, Casalito, freguesia de Amor, concelho de Leiria, sociedade, produtora de pintos do dia, possui instalações na Rua da Charneca, Fagundo, freguesia e concelho da Marinha Grande, denominadas **“UP15 -Quinta do Fagundo”**, destinadas à produção de ovos incubáveis, que se encontram em desconformidade com o Plano Diretor Municipal da Marinha Grande;
- As edificações que compõem essas instalações violam a alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento do referido Plano, aplicável por força da alínea c) do mesmo número e artigo, por não respeitarem a área máxima aí prevista;
- Estas instalações são constituídas por 4 pavilhões de produção, sendo que dois foram objeto de ampliação, e algumas pequenas unidades de apoio, destinadas a arrumos, com uma área total de construção de 5.807,00m²;
- Nenhuma das construções possui autorização de utilização;
- A unidade produtiva, cujas edificações a interessada pretende regularizar, insere-se numa estrutura dinâmica de relacionamento, tanto a montante como a jusante, com outras unidades produtivas do grupo **Aviliz – Aviários do Liz**, nomeadamente uma de “cria-recria” e três outras, para além dela, dedicadas à produção de ovos incubáveis;

- A unidade de produção em causa estabelece relações externas com outro tipo de atividades e prestadores de serviços, tais como fornecedores de cereais, veterinários, contabilistas, empresas de higiene e segurança no trabalho e empresas de controlo de pragas;
- Esta dependência e interligação, com diversos setores, potencia o desenvolvimento económico do concelho e da região, fomenta a criação de postos de trabalho e a manutenção dos existentes, factos que assumem especial importância numa época caracterizada por um forte desemprego;
- De acordo com dados disponibilizados pela requerente, a produção anual é de 3.763.000 ovos incubáveis, com um valor de cerca de 752.600 euros de faturação (montante estimado em valores de mercado, na medida em que a unidade produtiva em causa, por pertencer ao centro de incubação da interessada, não tem faturação própria);
- Aquela unidade tem ao seu serviço 4 trabalhadores;
- Dada a interdependência entre as diversas unidades produtivas, a montante e a jusante, o eventual encerramento da “UP Quinta do Fagundo” teria, segundo a requerente, reflexos em todas as outras unidades;
- Esses impactos traduzir-se-iam, de acordo com elementos apresentados pela interessada, em despedimento de trabalhadores, desativação dos pavilhões, afetos àquela unidade, com custos que ascenderiam a 911.000 euros, valor em que se incluem silos, máquinas e edifícios e, ainda, em custos indiretos, não calculados, mas que obrigariam ao abate de cerca de 26.400 galinhas reprodutoras;
- A deslocalização do estabelecimento, implantado naquele lugar há mais de 30 anos e a construção de um novo edifício implicariam custos inabarcáveis para a requerente;
- De acordo com a requerente, durante todos aqueles anos de atividade não houve notícia de qualquer ocorrência que afetasse a segurança de pessoas e bens ou do ambiente;
- Tal facto se deve, segundo informações da interessada, ao processo produtivo que não implica a utilização de produtos químicos em quantidades significativas, resumindo-se, tão só, ao uso de desinfetantes para limpeza das instalações, que não resulta desse processo a emissão de odores para os espaços circundantes, nem a contaminação do solo ou da água;
- As empresas existentes no concelho são um motor de desenvolvimento económico, contribuem para a criação de uma imagem dinâmica do mesmo e, ao assegurar ou criar emprego, potenciam a fixação da população no território do Município, sendo disso exemplo a unidade que a interessada pretende regularizar;
- O estabelecimento em causa assume, por isso, um relevante interesse municipal;

Por todo o circunstancialismo descrito, a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização das instalações da unidade produtiva designada por “UP Quinta do Fagundo”, sita em Rua da Charneca, Fagundo, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de AVILIZ – AVIÁRIOS

DO LIZ, LDA, com o NIPC 500784558, com sede na Rua D. Maria Elisa, n.º 1500, Casalito, freguesia de Amor, concelho de Leiria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade, com 6 votos a favor.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, os edifícios existentes neste processo “violam o PDM, sendo esta violação o obstáculo ao licenciamento de exploração”, essencialmente por esta empresa possuir quatro pavilhões (5.807 m2) e nenhuma das construções possuir autorização de utilização;*
- b) Perante o facto deste executivo permanente não ter proposto a criação de critérios de reconhecimento de interesse público municipal, nem ter aceite a minha sugestão, obviamente que esta empresa, como qualquer outra, tem sempre de ser reconhecido o interesse público municipal, mesmo que, como é referido na proposta de deliberação:*
 - 1. tenha apenas 4 trabalhadores;*
 - 2. não tenha facturação própria;*
 - 3. que estabeleça relações externas com outras actividades, como exemplo os fornecedores de cereais, veterinários, contabilistas e empresas de controlo de pragas;*
 - 4. consequentemente esta dependência potencia o desenvolvimento económico do concelho e fomenta a criação de postos de trabalho.*
- c) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outra situação aqui analisada (que tem 114 trabalhadores e factura 7,6 M€, essencialmente para empresas de elevado potencial tecnológico estrangeiras), que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- d) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho, da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente a proposta de reconhecimento da utilidade pública da empresa, no entanto julgo que deveria existir a comprovação de que a empresa cumpre as obrigações fiscais legais que tem para com o concelho da Marinha Grande, nomeadamente pelo facto

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

de a unidade em questão ter 4 colaboradores que trabalham no concelho da Marinha Grande, e que paga a derrama ao Município.”

25 - REQ. N. 1017/15, DATADO DE 24/07/2015 – PC N.º 268/2015, DATADO DE 24/07/2015 – COMPOSTOS DO LIZ - ALIMENTOS PARA COMPOSTOS ANIMAIS, LDA

549 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1017/15, datado de 24-07-2015, em nome de **COMPOSTOS DO LIZ - ALIMENTOS PARA COMPOSTOS ANIMAIS, LDA**, com o NIPC 502409380, com sede na Rua D. Maria Elisa, n.º 1500, Casalito, freguesia de Amor, concelho de Leiria, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização de instalações pecuárias, destinadas à engorda de bovinos em regime intensivo, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, **COMPOSTOS DO LIZ – ALIMENTOS PARA COMPOSTOS ANIMAIS, LDA**, com o NIPC 502409380, com sede na Rua D. Maria Elisa, n.º 1500, Casalito, freguesia de Amor, concelho de Leiria, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, na regularização das instalações, denominadas **“UP Nova Abrantes”** destinadas à produção intensiva de bovinos, localizadas na Quinta do Fagundo, rua da Charneca, Fagundo, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Considerando que:

- A sociedade **COMPOSTOS DO LIZ -ALIMENTOS PARA COMPOSTOS ANIMAIS, LDA**, com o NIPC 502409380, com sede na Rua D. Maria Elisa, n.º 1500, Casalito, freguesia de Amor, concelho de Leiria, possui instalações na Rua da Charneca, Fagundo, freguesia e concelho da Marinha Grande, denominadas **“UP Nova Abrantes”**, destinadas à produção intensiva de bovinos, que pretende regularizar por as mesmas violarem a alínea b) do

n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, aplicável por força da alínea c) do mesmo número e artigo, por não respeitarem as dimensões das áreas de construção aí previstas;

- As construções daquela unidade produtiva violam, ainda, a alínea a) do n.º 2 do referido artigo 11.º, por não respeitarem o afastamento mínimo de 15 m das edificações à estrema;

- As edificações que constituem a referida unidade produtiva não foram sujeitas a qualquer procedimento de controlo prévio por parte desta Câmara Municipal, pelo que não se encontram licenciadas;

- A **“UP Nova Abrantes”** é constituída por dois pavilhões de produção e uma pequena unidade de apoio, destinada a instalações sanitárias e sociais, com uma área total de construção de 2.349,00 m²;

- A produção anual daquela unidade é de 700 bovinos para abate, estando associada a uma faturação de cerca de 700 000 euros;

- A unidade de produção em causa estabelece relações externas com outro tipo de atividades e prestadores de serviços tais como, fornecedores de ração, de produtos veterinários e de material diverso;

- Esta dependência e interligação, com diversos setores, potencia o desenvolvimento económico do concelho e fomenta a criação de postos de trabalho e a manutenção dos existentes, factos que assumem especial importância numa época caracterizada por um forte desemprego;

- A unidade produtiva encontra-se relacionada, a montante, com outras duas unidades, uma de produção de vitelos desmamados e a outra de rações, sendo que o desmantelamento da primeira traria, segundo afirmações da interessada, graves problemas às segundas, nomeadamente despedimento de trabalhadores das mesmas;

- Aquela unidade tem, ao seu serviço, 2 trabalhadores;

- De acordo com dados fornecidos pela interessada, os custos da desativação da **“UP Nova Abrantes”** ascenderiam a 180 000 euros e o despedimento dos dois trabalhadores, e respetivas indemnizações, totalizariam o valor de cerca de 15 000 euros;

- A deslocalização de uma unidade existente no local há cerca de 20 anos, para um outro lugar, implicaria a construção de novos edifícios, o que, de acordo com a requerente, traria prejuízos e custos incomportáveis;

- Durante todos aqueles anos de atividade não houve, segundo a requerente, notícia de qualquer ocorrência que afetasse a segurança de pessoas e bens ou do ambiente;

- Tal facto deve-se, de acordo com a interessada, ao processo produtivo que não implica a utilização de produtos químicos em quantidades significativas, resumindo-se, tão só, ao uso de desinfetantes para limpeza das instalações, e que não resulta daquele processo a emissão de odores para os espaços circundantes, nem a contaminação do solo ou da água;

- As empresas existentes no concelho são um motor de desenvolvimento económico, contribuem para a criação de uma imagem dinâmica do mesmo e, ao assegurar ou criar emprego, potenciam a fixação da população no território do Município, sendo disso exemplo a unidade que a interessada pretende regularizar;

- O estabelecimento em causa assume, por isso, um relevante interesse para o Município;

Por todo o circunstancialismo descrito, a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização das instalações da unidade produtiva designada por “UP Nova Abrantes”, sita em Rua da Charneca, Fagundo, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de COMPOSTOS DO LIZ - ALIMENTOS PARA COMPOSTOS ANIMAIS, LDA, com o NIPC 502409380, com sede na Rua D. Maria Elisa, n.º 1500, Casalito, freguesia de Amor, concelho de Leiria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade, com 6 votos a favor.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) *Como é referido no parecer técnico, os edifícios existentes neste processo “violam o PDM, sendo esta violação o obstáculo ao licenciamento de exploração”, essencialmente por esta empresa possuir dois pavilhões (2.349 m2) e nenhuma das construções possuir autorização de utilização;*
- b) *Perante o facto deste executivo permanente não ter proposto a criação de critérios de reconhecimento de interesse público municipal, nem ter aceite a minha sugestão, obviamente que esta empresa, como qualquer outra, tem sempre de ser reconhecido o interesse público municipal, mesmo que, como é referido na proposta de deliberação:*
 1. *tenha apenas 2 trabalhadores;*
 2. *que estabeleça relações externas com outras actividades, como exemplo os fornecedores de ração, de produtos veterinários e de material diverso;*
 3. *consequentemente esta dependência potencia o desenvolvimento económico do concelho e fomenta a criação de postos de trabalho.*
- c) *Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outra situação aqui analisada (que tem 114 trabalhadores e factura 7,6 M€, essencialmente para empresas de elevado potencial tecnológico estrangeiras), que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- d) *Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

"Votei favoravelmente a proposta de reconhecimento da utilidade pública da empresa, no entanto julgo que deveria existir a comprovação de que a empresa cumpre as obrigações fiscais legais que tem para com o concelho da Marinha Grande, nomeadamente pelo facto de a unidade em questão ter 2 colaboradores que trabalham no concelho da Marinha Grande, e que paga a derrama ao Município."

26 - REQ. N. 1018/15, DATADO DE 24/07/2015 – PC N.º 269/2015, DATADO DE 24/07/2015 – AGRO-PECUÁRIA DE SANTO ANDRÉ, LDA

550 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1018/15, datado de 24-07-2015, em nome de **AGRO-PECUÁRIA DE SANTO ANDRÉ, LDA**, com sede na rua D. Maria Elisa, n.º 1500, Casalito, freguesia de Amor, concelho de Leiria, com o NIPC 500586233, em que é solicitada a emissão, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização das suas instalações destinadas à produção de suínos, sitas na Rua da Charneca, Fagundo, freguesia e concelho da Marinha Grande.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a regularização de estabelecimentos e explorações existentes, que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas, que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite, as entidades competentes, a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, consequentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, Agro-Pecuária de Santo André, Lda, com sede na rua D. Maria Elisa, n.º 1500, Casalito, Freguesia de Amor, concelho de Leiria, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, na regularização das suas instalações destinadas à produção de suínos, sita na rua da Charneca, Fagundo, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Considerando que:

- A sociedade **AGRO-PECUÁRIA DE SANTO ANDRÉ, LDA**, com sede na Rua D. Maria Elisa, n.º 1500, Casalito, Freguesia de Amor, concelho de Leiria possui instalações, denominadas **“UP Quinta do Fagundo”**, sitas na rua da Charneca, Fagundo, freguesia e concelho da Marinha Grande, destinadas à produção de leitões, que se encontram em desconformidade com o Plano Diretor Municipal da Marinha Grande;
- As áreas de construção não licenciadas perfazem 4 145 m², para uma área total de construção de 6 180 m²;
- Essas instalações violam a alínea b) do n.º 1 do artigo 11º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, aplicável por força da alínea c) do mesmo número e artigo, por não respeitarem as dimensões das áreas de construção aí previstas;
- As instalações em causa, destinadas a quarentena, maternidade, baterias, gestação, inseminação, enfermaria, veterinário e apoios diversos, possuem uma capacidade para 550 porcas reprodutoras;
- As referidas instalações interligam-se, a montante, com a fábrica de rações Compostos do Liz - Alimentos para Compostos Animais Lda e, a jusante, com 4 outras unidades de produção, propriedade da requerente, dirigidas à engorda de leitões;
- Aquela unidade estabelece, também, relações externas com outro tipo de serviços, cuja atividade fomenta, tais como serviços veterinários, de contabilidade, de higiene e segurança e de controlo de pragas;
- A dependência e interligação com diversos setores potenciam o desenvolvimento económico do concelho e da região, fomentam a criação de postos de trabalho e a manutenção dos existentes, factos que assumem especial importância numa época caracterizada por um forte desemprego.
- De acordo com dados disponibilizados pela requerente, são produzidos anualmente 12 523 leitões, com um valor de cerca de 651.196 euros de faturação (montante estimado em valores de mercado na medida em que a unidade produtiva em causa não tem faturação própria).
- A unidade, que se pretende regularizar, tem ao seu serviço 5 trabalhadores;
- A requerente chamou a atenção para o facto de a interdependência entre as diversas unidades produtivas, a montante e a jusante e o eventual encerramento da **“UP Quinta do Fagundo”** ter impacto direto em todas as outras, pondo em risco os postos de trabalho das unidades a montante e a jusante;
- De acordo com dados fornecidos pela sociedade requerente, os custos diretos com a desativação da unidade produtiva, que pretende regularizar, ascenderiam, no caso das infraestruturas e equipamento, a 500.000,00 euros, relativamente aos animais 600.000,00 euros e, no que diz respeito aos custos dos despedimentos dos 5 trabalhadores e respetivas indemnizações, cerca de 6.409,00 euros;
- A referida desativação teria repercussões na própria empresa agropecuária, que poderia, de acordo com a interessada, levar ao seu encerramento;
- A unidade produtiva labora há cerca de 20 anos naquele local;
- A sua deslocalização traria, face à dinâmica e interdependência do processo produtivo, graves consequências para a empresa no seu conjunto;
- As empresas existentes no concelho são um motor de desenvolvimento económico, contribuem para a criação de uma imagem dinâmica do mesmo e, ao assegurar ou criar

emprego, potenciam a fixação da população no território do Município, sendo disso exemplo a unidade que a interessada pretende regularizar;

- A exploração em causa assume, por isso, um relevante interesse municipal;

Por todo o circunstancialismo descrito, a Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º deste último diploma, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização das instalações da unidade produtiva, destinadas à produção de suínos, sitas na Rua da Charneca, Fagundo, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de AGRO-PECUÁRIA DE SANTO ANDRÉ, LDA, com sede na Rua D. Maria Elisa, n.º 1500, Casalito, freguesia de Amor, concelho de Leiria.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Vítor Pereira.

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Estamos a votar uma proposta de reconhecimento do interesse público municipal da empresa referenciada.

O meu voto contra significa que tenho sérias dúvidas deste interesse público considerando: a existência de 550 porcas parideiras e uma população estimada de filhotes de mais de 12.500, o que somará a existência de mais de 13.000 animais.

A deliberação proposta não faz qualquer referência à existência de quaisquer meios de tratamento dos dejectos. Tal situação colide com o meu critério pessoal de interesse público municipal, tendo em conta que os interesses meramente económicos e os benefícios para o concelho poderão não ser suficientes por uma eventual contaminação de solos e águas.

A minha decisão não belisca em nada a defesa intransigente do desenvolvimento económico. Só que uma posição favorável a esta proposta de reconhecimento de interesse público municipal pode colidir frontalmente com os interesses das populações.”

O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente a proposta de interesse municipal desta unidade na certeza de que a legalização da mesma obedecerá a todos os requisitos de funcionamento previstos na lei, sobretudo ambientais, que são da competência das entidades licenciadoras e fiscalizadoras.”

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

“Reitera as duas anteriores declarações de voto, acrescentando às declarações de voto das propostas dos pontos 24 e 25 o pedido do estudo do impacto ambiental.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

a) Como é referido no parecer técnico, os edifícios existentes neste processo “violam o PDM, sendo esta violação o obstáculo ao licenciamento de exploração”;

essencialmente por esta empresa possuir uma área edificada de 6.180 m2, em que apenas 2.035 m2 se encontra licenciada, os restantes 4.145 m2 foram executados sem a respectiva licença de construção.

- b) Perante o facto deste executivo permanente não ter proposto a criação de critérios de reconhecimento de interesse público municipal, nem ter aceite a minha sugestão, obviamente que esta empresa, como qualquer outra, tem sempre de ser reconhecido o interesse público municipal, mesmo que, como é referido na proposta de deliberação:*
- 1. tenha apenas 5 trabalhadores;*
 - 2. não tenha facturação própria;*
 - 3. que estabeleça relações externas com outras actividades, como exemplo o serviço de veterinários, de contabilidade e empresas de controlo de pragas;*
 - 4. consequentemente esta dependência potencia o desenvolvimento económico do concelho e fomenta a criação de postos de trabalho.*
- c) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outra situação aqui analisada (que tem 114 trabalhadores e factura 7,6 M€, essencialmente para empresas de elevado potencial tecnológico estrangeiras), que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- d) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

27 - REQ. N. 1052/15, DATADO DE 17/07/2015 – PC N.º 260/2015, DATADO DE 17/07/2015 – MOLDES CATARINO, LDA.

551 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 988/15, datado de 17-07-2015, em nome de **MOLDES CATARINO, LDA**, com o NIPC 501193820, com sede na Rua Nova do Moinho de Cima – Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização e ampliação das suas instalações industriais destinadas à conceção e produção de moldes metálicos de precisão, para injeção de matérias plásticas ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, consequentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização Moldes Catarino, Lda, com o NIPC 501193820, com sede na Rua Nova do Moinho de Cima – Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, na regularização e ampliação das suas instalações destinadas à indústria de conceção e produção de moldes metálicos de precisão, para injeção de matérias plásticas, sitas na mesma morada.

Considerando que:

- A sociedade Moldes Catarino, Lda, com o NIPC 501193820, com sede na Rua Nova do Moinho de Cima – Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande possui instalações destinadas à indústria de conceção e produção de moldes metálicos de precisão, para injeção de matérias plásticas, sitas na Rua Nova do Moinho de Cima, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, que pretende regularizar e ampliar;
- Aquelas instalações apresentam uma cêrcea superior ao estabelecido no n.º 10 do artigo 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande (PDM);
- A ampliação das instalações industriais, que a interessada pretende executar, em mais 2.150,00 m2, perfazendo um total de área de 4.663,40 m2, constituirá mais uma violação da citada norma do PDM;
- Estas ampliações destinam-se à instalação de máquinas de injeção para ensaios técnicos e máquinas para fabricação de moldes de aço;
- As máquinas de injeção destinam-se à realização de testes em moldes de dimensão superior aos efetuados atualmente;
- Em consequência da aquisição dessas máquinas será necessário, segundo a própria interessada, contratar mais 5 colaboradores;
- A criação de espaço para instalação de novas máquinas para fabricação de moldes em aço, corresponde a um nova estratégia da sociedade em causa para aumentar a sua capacidade de produção de moldes de dimensões superiores;
- A sua produção dirige-se ao mercado da indústria automóvel, eletrodomésticos, materiais elétricos, entre outros;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

- De acordo com dados fornecidos pela requerente o valor da produção de bens e serviços, nos exercícios de 2013 e 2014, foi de 2.445.860,03 euros e 2.305.927,11 euros, respetivamente;
- As vendas de produtos acabados, bem como a prestação de serviços, daquela empresa, dirigem-se a mercados nacionais, intracomunitários e internacionais, e levam consigo a imagem de um concelho que é, dada a qualidade dos seus produtos, uma referência na indústria de moldes a nível internacional;
- Segundo a interessada, a empresa exportou cerca de 7 milhões de euros em moldes, para variados mercados, destacando-se a Alemanha, França, Estados Unidos, Bélgica, República Checa e Polónia;
- A sociedade em causa tem ao seu serviço 32 trabalhadores e que, de acordo com elementos que apresentou, admitiu mais cinco, contribuiu de forma positiva para o decréscimo do desemprego;
- As suas parcerias com escolas do concelho e organismos como o Centro Tecnológico da Indústria de Moldes e Ferramentas Especiais e Plásticos – CENTIMFE, bem como escola superior do concelho vizinho, e consequente integração de estagiários na empresa, são demonstrativas da sua aposta na sua modernização e progresso contribuem para integrar jovens no mercado de trabalho;
- A interessada apresentou argumentos válidos para a não deslocalização das suas instalações, nomeadamente encontrar-se inserida numa Zona Industrial – Zona Industrial da Marinha Pequena – local privilegiado para instalação de unidades industriais;
- Uma deslocalização implicaria avultados prejuízos e perda do investimento efetuado para aquisição dos novos equipamentos, avaliados pela requerente em 1.000.000 euros, e traria constrangimentos vários aos trabalhadores;
- As obras não licenciadas e a ampliação necessária ao aumento da produtividade da empresa constituem, indiscutivelmente, uma mais-valia para o concelho, não só porque garantem a continuidade dos postos de trabalho existentes, como também fomentam a criação de novos;
- A empresa em causa, ao apostar no incremento da sua produção e na sua modernização, garante emprego, potencia a criação de novos postos de trabalho e contribui, decisivamente para o desenvolvimento da economia local;

Por todo o circunstancialismo descrito, a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização e ampliação do estabelecimento industrial especializado na conceção e produção de moldes metálicos de precisão para injeção de matérias plásticas, sito na Rua Nova do Moinho de Cima, n.º 12, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade da sociedade Moldes Catarino, Lda, com o NIPC 501193820, com sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade, com 6 votos a favor.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) *Como é referido no parecer técnico, o edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro respeitante à cêrcea e a pretensão de ampliação irá violar o índice de construção”*
- b) *O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) *Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Camara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa que factura 7 M€ com 32 trabalhadores, exportando os seus produtos para países tecnologicamente evoluídos, com as outras que hoje analisámos.*
- d) *Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras hoje analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) *Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Camara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

28 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

552 - O Futebol Clube “Os Belenenses”, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização dos festejos anuais a realizar nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 2015;
- Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados;
- Publicidade alusiva ao evento.

O Sporting Clube Marinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização dos festejos anuais a realizar nos dias 4, 5 e 6 de setembro de 2015;
- Publicidade alusiva ao evento.

O Industrial Desportivo Vieiraense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal alusiva ao 13º Grande Prémio de Atletismo a realizar no dia 29 de agosto de 2015.

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para o evento “Porco no Espeto” a realizar nos dias 21, 22 e 23 de agosto;
- Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados;
- Publicidade alusiva ao evento.

Presentes informações nºs 64/AF, 65/AF, 66/AF, 67/SN, de 7 de agosto e 10 de agosto de 2015, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Futebol Clube “Os Belenenses”, o Sporting Clube Marinhense, o Industrial Desportivo Vieiraense e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das licenças de instalação e funcionamento de recintos improvisados, autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal e das licenças de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

29 - DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO – ARTIGO 20.º, N.º 2 DO REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES – PROPOSTA DE DECISÃO FINAL DE INDEFERIMENTO – SANDRINA SILVA

553 - Na sequência do pedido de atribuição de um lugar para exercício da atividade de vendedor ambulante para a comercialização de crepes em São Pedro de Moel, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por Sandrina Silva, em 8 de abril de 2015, e no seguimento da informação da Divisão de Administração e Modernização n.º 1072/2015, de 10 de agosto de 2015, que se dá por integralmente reproduzida e se anexa à presente ata, onde consta a análise à oposição apresentada pela mandatária da requerente em sede de audiência de interessados e conclui com a proposta de prolação de decisão final pela Câmara Municipal da Marinha Grande no sentido da intenção por si manifestada em 23 de julho de 2015.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação n.º 1072/2015, de 10/08/2015, deliberou indeferir o pedido de autorização para o exercício da venda de crepes na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO – ARTIGO 20.º, N.º 2 DO REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES – PROPOSTA DE DECISÃO FINAL DE INDEFERIMENTO – PAULO RUI DE SOUSA PIRES

554 - Na sequência do pedido de atribuição de um lugar para exercício da atividade de vendedor ambulante para a comercialização de crepes na Avenida Marginal, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, apresentado por Paulo Rui de Sousa Pires, em 8 de abril de 2015, e no seguimento da informação da Divisão de Administração e Modernização n.º 1073/2015, de 10 de agosto de 2015, que se dá por integralmente reproduzida e se anexa à presente ata, onde consta a análise à oposição apresentada pela mandatária da requerente em sede de audiência de interessados e conclui com a proposta de prolação de decisão final pela Câmara Municipal da Marinha Grande no sentido da intenção por si manifestada em 23 de julho de 2015.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação n.º 1073/2015, de 10/08/2015, deliberou indeferir o pedido de autorização para o exercício da venda de crepes na Avenida Marginal, na Praia de Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

31 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTE: HENRIQUE CARVALHO MOTA – DESNÍVEL NO LIMITE DA FAIXA DE RODAGEM/BERMA - RUA DAS FONTAINHAS, FRENTE AO N.º 81 – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIÇÃO E DEFERIMENTO.

555 - Presente requerimento recebido em 12-12-2014 do lesado, Henrique Carvalho Mota, titular do NIF 119201178, residente na Rua das Fontainhas, n.º 21-A, Comeira, Marinha Grande, no qual descreve os danos que sofreu na sua viatura automóvel, quando no dia 07-11-2014, pelas 14H00, circulava da Rua onde reside.

Junto ao n.º 81 desta artéria, o lesado refere que foi forçado a encostar-se mais à direita da estrada para se cruzar com um camião que seguia em sentido contrário e bateu com as duas rodas do lado direito nos buracos de entrada e saída da manilha existente em frente à casa com o n.º 81.

Refere ainda que partiu a jante e furou o pneu, originando uma reparação de 250€, da qual tem fatura e que dos factos houve uma testemunha que ia consigo mas que não identificou.

Presente carta do lesado recebida em 02-06-2015, acompanhada do documento comprovativo da reparação dos danos – fatura/recibo n.º 1/1490, de 13-11-2014, da empresa Gandypneus, Lda. – danos esses que imputa aos serviços municipais.

Presentes informações da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datadas de 29-01-2015 e 10-04-2015.

Presente auto de inquirição da testemunha do incidente, Horácio das Neves Silva, que corroborou as afirmações do lesado.

Presente Informação n.º 1/902/2015-FO, na qual se apreciam os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar o lesado, Henrique Carvalho Mota, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/902/2015 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que fica anexa à ata (Anexo 1), delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 50,00€ (cinquenta euros), com IVA incluído, apresentado por Henrique Carvalho Mota, titular do NIF 119201178, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR PREJUÍZOS CAUSADOS EM ANIMAIS DE CRIAÇÃO DOMÉSTICA POR CÃES VADIOS – RUA DAS FONTAINHAS, COMEIRA – REQUERENTE: HENRIQUE CARVALHO MOTA – APRECIÇÃO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO - AUDIÊNCIA PRÉVIA.

556 - Presente requerimento apresentado em 12-12-2014, nesta Câmara Municipal, subscrito por Henrique Carvalho Mota, titular do NIF 119201178, residente na Rua das Fontainhas, n.º 21-A, Comeira, Marinha Grande, no qual descreve os vários factos ocorridos com os seus animais de criação doméstica (patos e frangos), alegadamente causados em mais do que uma ocasião, por canídeos vadios que por ali pernoitam, na cave de um prédio inacabado. Refere ainda que participou estes factos à Polícia de Segurança Pública e pretende saber quem lhe paga estes prejuízos com os seus animais.

Presente Informação jurídica n.º I/1003/2015-FO, de 21-07-2015, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas, e se conclui pela não verificação cumulativa de todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública) designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao município e o pressuposto da culpa, porquanto não foram violados os seus deveres de cuidado na vigilância, controlo e captura dos canídeos que causaram os danos ao requerente.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/1003/2015 - FO, que fica anexa à presente ata (Anexo 2), e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar o lesado Henrique Carvalho Mota, residente na Rua das Fontainhas, n.º 21-A, Comeira, Marinha Grande, do presente projecto de decisão final de indeferimento do pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação, para dizer por escrito, o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR ALEGADOS DANOS MATERIAIS - REQUERENTE: NATALINA ALVES SILVA – APRECIÇÃO - PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA

557 - Presente Informação jurídica n.º 943/2015, de 14.07.2015, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (Anexo IV);

Presente movimentos Webdoc respeitante à E/2512/2015, de 17.03.2015 (Anexo III)

Presente Informação da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de 07.05.2015 (Anexo II)

Presente requerimento n.º E/2512/2015, de 17.03.2015, apresentado por Natalina Alves Silva, no qual requer indemnização no valor de 230,00 €, correspondente ao valor de reparação do alegado dano causado nos seus óculos, em 08 de março de 2015, pelas 11h15m, ao embater num buraco, não sinalizado, existente na Estrada da Travessa da Ponte - Picassinós, freguesia da Marinha Grande, quando circulava com a sua bicicleta pelo referido arruamento (Anexo I).

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação n.º 943/2015, de 14.07.2015, que fica anexa à presente ata (Anexo 3), e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar a requerente Natalina Alves Silva do presente projeto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação para, querendo, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS – REQUERENTE: MARCO FILIPE DOMINGUES GOMES – AUDIÊNCIA PRÉVIA DA PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – DECISÃO FINAL

558 - Presente requerimento n.º E/9680/2014, de 20.11.2014, apresentado por Marco Filipe Domingues Gomes, no qual requer indemnização no valor de 138,19 €, acrescido de I.V.A., à taxa legal em vigor, correspondente ao valor de reparação do dano causado no veículo automóvel ligeiro de passageiros, com a matrícula 82-43-XL, em 19 de novembro de 2014, pelas 17h30m, ao embater num buraco existente na Rua da Indústria Metalúrgica - Embrá, frente à Cartonarte, freguesia da Marinha Grande.

Presente Informação jurídica n.º 755/2015, de 05.06.2015, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande.

Presente projeto de indeferimento do pedido, aprovado por unanimidade em reunião desta Câmara Municipal, realizada em 25.06.2015.

Presente ofício n.º S/2279/2015, de 30.06.2015 enviado ao requerente, através do qual foi notificado do teor do projecto de decisão de indeferimento e dos respetivos fundamentos de facto e de direito, bem como da concessão do prazo de 10 dias úteis para dizer o que se lhe oferecesse sobre o sentido provável da decisão de indeferimento.

Presente informação jurídica n.º 1022/2015, de 24.07.2015, na qual se conclui que não tendo o requerente apresentado quaisquer alegações e não tendo sido carreados para o procedimento administrativo quaisquer dados novos suscetíveis de alterar o projeto de

indeferimento do pedido, mantêm-se inalterados os fundamentos de facto e de direito constantes na informação n.º 755/2015, de 05.06.2015.

Nestes termos, concordando com as conclusões constantes na informação jurídica n.º 1022/2015, de 24.07.2015 e mantendo-se inalterados os fundamentos de facto e de direito constantes da informação jurídica n.º 755/2015, de 05.06.2015, que aqui se dá por integralmente reproduzida, a Câmara Municipal, concordando com estes, delibera indeferir o pedido de indemnização apresentado por Marco Filipe Domingues Gomes, por não se encontrarem reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o disposto no artigo 7º do regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTES: MARIA DE FÁTIMA PARRACHO VENÂNCIO GOUVEIA E JOSÉ JACINTO DA SILVA GOUVEIA - DEFERIMENTO.

559 - Presente Informação Jurídica n.º 727/2015, de 29.05.2015, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (Anexo V);

Presente Participação de Acidente, elaborada pela P.S.P. – Esquadra da Marinha Grande, à qual corresponde o registo de entrada n.º 5138/2015, de 12.06.2015 (Anexo IV);

Presente ofício da DJC n.º 1851/2015, de 03.06.2015, enviado ao Sr. Comandante da Esquadra da Marinha Grande da Polícia de Segurança Pública (Anexo III)

Presente Informação Técnica da DISU, de 20.02.2015 e dois anexos desta, bem como movimentos Webdoc. (Anexo II)

Presente requerimento n.º E/10515/2014, de 18.12.2014, registado em 30.12.2014, apresentado por Maria de Fátima Parracho Venâncio Gouveia e José Jacinto da Silva Gouveia, no qual juntam orçamento de reparação do veículo automóvel com a matrícula 38-32-QO e requerem indemnização no valor de 328,35 € correspondente ao valor da reparação dos danos causados no referido veículo, em 16 de dezembro de 2014, quando circulavam numa via de circulação rodoviária – Rua Manuel Pereira Roldão – e o veículo automóvel embateu numa tampa de saneamento que se encontrava no eixo da via, deslocada. (Anexo I).

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação jurídica n.º 727/2015, de 29.05.2015, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar o requerente e proprietário do veículo automóvel com a matrícula 38-32-QO, José Jacinto da Silva Gouveia, contribuinte n.º 108 371 042, no montante de trezentos e vinte e oito euros e trinta e cinco cêntimos, na medida em que se encontram reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

O referido pagamento fica condicionado à apresentação nesta Câmara Municipal do original da fatura e recibo emitidos em nome do requerente, José Jacinto da Silva Gouveia, por Luís Manuel B. Castela – Oficina de Reparação de Automóveis.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: VIRGÍLIO MANUEL FERREIRA MARQUES - DEFERIMENTO.

560 - Presente Informação Jurídica n.º 1035/2015, de 31.07.2015, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (anexo V);

Presente Informação da DISU – Área de conservação e renovação das infraestruturas viárias, de 27.04.2015 e tramitação ocorrida, via webdoc, associada à E/9669/2014 (anexo IV);

Presente informação adicional do acidente, apresentada pelo requerente nesta Câmara Municipal, em 25.03.2015 – registo de entrada n.º 2732/2015 (anexo III);

Presente Participação de Acidente, elaborada pela P.S.P. da Esquadra da Marinha Grande, de 03.12.2014, à qual correspondeu o registo de entrada n.º 10131/2014 (anexo II)

Presente requerimento n.º E/9669/2014, de 20.11.2014, apresentado pelo lesado Virgílio Manuel Ferreira Marques, na qual junta orçamento de reparação do veículo Mercedes C 220, com a matrícula 89-FJ-24, requerendo indemnização no valor de 156,71 € correspondente ao valor da reparação dos danos causados no referido veículo, em 17 de novembro de 2014, quando circulava na faixa de rodagem da Rua do Corgo e o veículo embateu num buraco nesta existente (anexo I).

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação jurídica n.º 1035/2015, de 31.07.2015, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar o lesado Virgílio Manuel Ferreira Marques, contribuinte n.º 177 774 703, até no montante de 156,71€ (cento e cinquenta e seis euros e setenta e um cêntimos), na medida em que se encontram reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

O referido pagamento fica condicionado à apresentação nesta Câmara Municipal do original da fatura e recibo emitidos em nome do requerente, Virgílio Manuel Ferreira Marques, pela Sociedade Oliveira e Canhoto – Pneus e Manutenção Auto, Lda.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

37 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

561 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...).”*

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

- a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.
- b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.
- c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.
- d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - CÓDIGO DE BOA CONDUTA ADMINISTRATIVA

Antes da votação da presente proposta, foram colocadas algumas questões, tendo o **Sr. Vereador Carlos Logrado** proposto que no art.º 13.º, onde se refere *“respeitando os prazos máximos”* se passe a referir *“sem nunca atingir os prazos máximos”*.

Esta proposta não foi aceite porque contraria a lei geral.

De seguida foi posta a votação a seguinte proposta:

562 - A adoção de códigos de conduta administrativa tem sido preconizada no quadro de diversas instâncias internacionais, de que são exemplo, o Conselho da Europa, a OCDE e a União Europeia, com o propósito de garantir que a Administração Pública atua de forma transparente e ao serviço dos cidadãos, sem descurar no entanto a prossecução obrigatória do interesse público que é a sua linha motriz fundamental.

Neste sentido, o Provedor de Justiça tomou a iniciativa de recomendar à Assembleia da República que “tendo em vista o aprofundamento de uma Administração Pública de qualidade, transparente e ao serviço dos cidadãos, seja adotado um código de conduta na esfera de atuação dos respetivos agentes”, fazendo acompanhar esta recomendação de uma proposta de Código de Boa Conduta Administrativa.

No âmbito da avaliação da transparência municipal é igualmente considerada a pertinência de um código de conduta como um fator positivo de diferenciação no que respeita à organização e funcionamento do Município.

A proposta de Código apresentada pelo Provedor de Justiça revela-se bastante completa e atual e congrega um conjunto de disposições que se traduzem na afirmação dos propósitos visados de uma Administração Pública de qualidade e transparente, pelo que - correspondendo a um elevado nível de exigência - se justifica seguir essa referência adaptando-a à concreta realidade do Município da Marinha Grande.

As soluções preconizadas no presente Código de Boa Conduta Administrativa não têm caráter inovador, no sentido de introduzirem novos direitos ou obrigações para os agentes públicos ou para os cidadãos. A perspetiva em que assenta a formulação deste tipo de documento consiste, antes, numa condensação e esquematização de um conjunto de princípios, regras e orientações que encontram suporte direto na Constituição e nas leis vigentes.

Nesta medida, visando reforçar os níveis de qualidade e de transparência no funcionamento do Município da Marinha Grande justifica-se a aprovação de um Código de Boa Conduta Administrativa, que segue de perto a proposta formulada pelo Provedor de Justiça.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea k), parte final, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Código de Boa Conduta Administrativa do Município da Marinha Grande, que se dá por reproduzido e fica anexo (Anexo 4).

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

39 - TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO N.º 45, SITA NA RUA BAIRRO DO CAMARNAL N.º 45, A FAVOR DE MARIA GRACIETE JESUS SANTOS ALMEIDA GLÓRIA, POR MOTIVO DE FALECIMENTO DO TITULAR DO CONTRATO.

563 - Presente informação n.º 1032 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 29 de julho de 2015, a propor a transmissão do direito de arrendamento da habitação mencionada em epígrafe, para o cônjuge sobrevivente.

Considerando que, Dorindo Edgar Almeida Gloria Santos, arrendatário do Município da Marinha Grande, desde 2013, era casado com Maria Graciete Jesus Santos Almeida Glória;

Considerando que, o mesmo faleceu a 09 de julho, conforme documento comprovativo apresentado;

Considerando que nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 1106 do Código Civil: “ O arrendamento para habitação não caduca por morte do arrendatário, quando lhe sobreviva cônjuge com residência no locado ou pessoa que com o arrendatário vivesse no locado em união de facto e há mais de um ano”.

Considerando por último, a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, na qual se refere que: “ *A posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para cônjuge com residência no locado...* ”

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, transmitir o direito de arrendamento para o nome do cônjuge sobrevivente, Maria Graciete Jesus Santos Almeida Glória.

Mais delibera que, os recibos de renda mensal passem a ser emitidos em nome de Maria Graciete Jesus Santos Almeida Glória, contribuinte fiscal número 101220693.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

40 - REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO REFERENTE À HABITAÇÃO TRANSMITIDA, POR MORTE DO TITULAR, A FAVOR DE MARIA GRACIETE SANTOS ALMEIDA GLÓRIA, SITA NA RUA BAIRRO DO CAMARNAL N.º 45.

564 - Presente informação n.º 1033 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 29 de julho 2015, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da

renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que, a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que, a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que, o artigo 21.º desta mesma Lei, prevê que: “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC / I.A.S.)$ em que:

T = taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)”

Considerando que, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro: “... há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar, devendo o arrendatário comunicar o facto ao senhorio, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da ocorrência”.

Considerando a alteração dos rendimentos do agregado familiar;

Considerando que, o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:

- a) No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;
- b) No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”

Considerando que, nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.”

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º e o n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro proceder à revisão da renda de Maria Graciete Santos Almeida Glória, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

R.º Bairro do Camarnal:

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15 (Outubro)
Maria Graciete Glória	45	28/08/2013	32,85€	10,92€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro, que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de outubro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE OUTUBRO DE 2015

565 - Presente informação n.º 1021/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 24 de julho de 2015, referente à atualização anual de algumas rendas de habitação social, localizadas na Avenida da Liberdade, Rua Professor Melo Vieira, Rua Adriano M. Nobre, Praceta da Liberdade, Rua António Lopes e Rua Júlio Braga Barros.

Considerando que, a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando, que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que, o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)

Considerando que, o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ *quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:*

- a) No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;*
- b) No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”*

Considerando que, nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados nas fichas de atualização de renda e que têm por base os documentos facultados pelos inquilinos.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, proceder à atualização anual das rendas, sendo os valores a aplicar, os constantes nos quadros seguintes:

A PARTIR DE OUTUBRO:

Avenida da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
M	Adriano Jorge Ferreira Carriço	2.º Dto.	04/10/2007	4,85€	4,19€
M	Ermesinda M.ª Cardoso Gomes	3.º Esq.	01/10/2013	26,24€	28,86€

Rua Professor Melo Vieira

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
5	Genoveva Rosa Glória	R/C Dto.	16/10/2012	39,81€	29,69€

Rua Adriano M. Nobre

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
Norberto Silva Ferreira	36	26/09/2013	20,85€	16,45€

Praceta da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
6	Maria Alice Alves Nunes	3º Dto.	12/09/2008	26,99€	21,27€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

ATUALIZAÇÃO FASEADA.

Rua António Lopes

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENDA/14	RENDA/15	RENDA/16	RENDA/17
Letícia Fernandes Correia	55	04/11/2004	11,10	23,40€	35,69€	47,99€

Rua Júlio Braga Barros

MORADOR	BLOCO	FOGO	DATA CONTRATO	RENDA/14	RENDA/15	RENDA/16	RENDA/17
Célia M ^a R. Ferreira	5	2 ^a D	28/09/2005	17,28€	36,80€	56,33€	75,85€

Mais delibera, que os valores de renda anteriormente indicados entrem em vigor a partir de 1 de outubro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (AAAF) E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO (CAF) DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE 2015-2016 - DEFINIÇÃO DE TABELAS COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR

Antes da votação foram pedidos alguns esclarecimentos. Dado que a Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho já não se encontrava presente na reunião, o **Sr. Vereador Carlos Logrado deixou as seguintes questões, para futuro esclarecimento:**

1. Estão definidos 3 estabelecimentos do 1.º ciclo onde vai funcionar a AAAF.
Pergunta:
 - a) Quais são os estabelecimentos?
 - b) Quais os critérios e porquê esses e não outros?
 - c) Os alunos de outras escolas também podem usufruir dele?
 - d) Como se processa esse pedido?
2. CAF: quais são os horários previstos?

De seguida foi posta a votação a seguinte proposta:

566 - Presente a informação n.º 1045, de 31 de julho de 2015, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento dando conta da necessidade de aprovação da Tabela das

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

Comparticipações Familiares relativas à valência de Prolongamento de Horário das Atividades de Animação e de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar designada por AAAF e nos estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo designada por CAF, da Rede Pública do concelho da Marinha Grande, para o próximo ano letivo 2015/2016.

Considerando que cabe aos serviços da Câmara Municipal a definição e atualização das participações financeiras das famílias, pela utilização dos serviços das Atividades de Animação e de Apoio à Família, em cumprimento das normas reguladoras que anualmente são legisladas pelo Ministério da Educação, em harmonia com o Anexo ao Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de setembro, do Ministério da Educação e Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

Considerando que a tabela de participação familiar da CAF, agora AAAF, encontra-se regulada pelo Despacho Conjunto n.º 300/1997, tendo como base escalões de rendimentos fiscais que se consideram desajustados da realidade e exagerados os montantes, pelo que foi entendimento do Município desde o ano letivo 2013/2014 adaptar a tabela da participação familiar para apenas 3 escalões tendo como base o posicionamento nos respetivos Escalões de Abono Familiar.

Considerando que no Ano letivo 2014/2015 teve início pela primeira vez o serviço de CAF no 1º CEB, tendo sido igualmente adotado este sistema de participação com base nos respetivos escalões de abono de família, existindo desta forma igualmente três escalões de participação, no entanto com valores diferentes e mais elevados dos adotados nas AAAF's do pré-escolar.

Considerando que estas tabelas têm sido atualizadas anualmente tendo por referência o valor da Remuneração Mínima Mensal que no presente ano de 2015 se situa no valor 505€.

Considerando que o município dispõe de atribuições, designadamente no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do n.º 2 do artigo 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro;

A Câmara apreciou a informação e delibera, ao abrigo da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aplicar no ano letivo 2015/2016, os mesmos valores já aprovados para o ano letivo 2014/2015 através das deliberações nº 565 de 03/07/2015 e nº 754 de 18/09/2014 referentes às tabelas de Participação Familiar pela utilização do serviço de Atividades de Animação e de Apoio à Família em estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, e pelo serviço de Componente de Apoio à Família no 1º ciclo do ensino básico, conforme tabelas que constam como anexo I à presente deliberação (Anexo 5 da presente ata).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
13/08/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

43 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia doze de agosto de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **7.290.357,69 €** (sete milhões, duzentos e noventa mil, trezentos e cinquenta e sete euros e sessenta e nove cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

567 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 16:45 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião